



Anais da Assembléia

N.59

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 47.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1986.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fiori Luiz, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Erondy Silvério.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Fiori Luiz, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Sabino Campos, Tadeu França, Tércio Albuquerque e Tuguio Setogutte (26). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Airton Cordeiro, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (32).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Gostaria de saber do 2.^o Secretário se o meu nome consta da presença da ata de ontem.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Consta.

O SR. FUAD NACLI - Gostaria que tirasse fora, porque eu não estava presente, estava em Umuarama.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Esta feita a retificação, nobre Deputado Fuad Nacli. Não havendo quem queira discutir a ata que acaba de ser lida, declaro aprovada.

O SR. FUAD NACLI - Absolutamente, Senhor Presidente. Levantei uma questão de ordem: quantos Deputados estavam presentes ontem, em plenário?

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Matéria vencida. A sua retificação foi acatada.

O SR. FUAD NACLI - A minha foi acatada. Eu perguntei também, quantos Srs. Deputados estavam presentes.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) O que acaba de ser lido pelo 2.^o Secretário e, evidentemente, o que consta da ata, com excessão à colocação de Vossa Excelência; a sua não estava ontem na reunião da Assembléia. Exceção à Vossa Excelência...

O SR. FUAD NACLI - Eu insisto, Senhor Presidente, Pela Ordem. Gostaria de saber quantos Senhores Deputados constaram na ata de ontem.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Com exceção de Vossa Excelência, a ata registra 57 Senhores Deputados.

O SR. FUAD NACLI - Estranho da Mesa Executiva, porque mais da metade dos Senhores Deputados estão no Interior, e nós não devemos continuar procedendo dessa forma. Pediria a chamada nominal e verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Presidência acata e solicita ao Sr. 1.^o Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal).

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) Senhor Presidente, no anexo novo em que os Deputados tomaram posse recentemente, de seus gabinetes, não consta serviço de som. Portanto lá os Senhores Deputados não têm condições de saber que está sendo realizada a chamada nominal. Gostaria que Vossa Excelência mandasse verificar nas portarias da Assembléia Legislativa o número de Deputados que ingressaram na Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Presidência está providenciando. Existem vinte e dois Deputados com presença na Portaria da Assembléia. A Primeira Secretaria continua com a chamada nominal.

O SR. FIORI LUIZ - (Pela Ordem) A Portaria não se faz presente no Plenário da Casa. Gostaria de fazer a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Pela Ordem) Esta Presidência autorizou a Primeira Secretaria a dar seqüência à chamada nominal, Senhor Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Nelson Vasconcellos) Continua a chamada nominal. Vinte Senhores Deputados responderam a chamada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Há "quorum" para o prosseguimento da sessão. Está em votação a ata que acaba de ser lida. Os Senhores Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (Aprovada).

O Senhor 1.º Secretário lerá o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, encontram-se presentes dezoito Senhores Deputados; a Deputada Amélia Hruschka não se encontra presente no plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Presidência se louvou na informação da 1.ª Secretaria de que existe "quorum" para seqüência desta sessão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Eu gostaria que esta Casa, Senhor Presidente, pelo Regimento Interno, quantos Senhores Deputados se fazem presentes; como é que pode dar continuidade à presente sessão se não há número legal?

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Presidência informa que a 1.ª Secretaria informou que existem vinte Senhores Deputados.

O SR. FUAD NACLI - Não existem vinte Senhores Deputados; a Deputada Amélia Hruschka não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Então, esta Presidência solicita ao nobre Deputado que requeira nova chamada nominal.

O SR. FUAD NACLI - Eu gostaria que fizesse

nova chamada nominal para saber quem são os Deputados que vão responder a presente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A 1.ª Secretaria fara nova chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - (Nelson Vasconcellos) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Há quorum para prosseguimento da sessão. Esta presidência aceita a posição do Deputado Fuad Nacli, posição esta que sintetiza a verdadeira e irrenunciável função do parlamentar.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Nelson Buffara.

A ata já tinha sido aprovada, nobre Deputado.

O SR. FUAD NACLI - Não tinha número, Senhor Presidente. Não tinha número. Como é que podia ser votada? Agora mesmo Vossa Excelência me informou que a ata tinha sido votada.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A ata foi colocada em votação, logo após a primeira verificação de quorum, onde constava vinte Deputados.

O SR. FUAD NACLI - Mas, se foi levantada a suspeição de que não havia número legal, Senhor Presidente? O Senhor até mandou que fosse feita a chamada nominal novamente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Tanto é que por ocasião em que a Presidência colocou em votação a ata, não houve nenhuma manifestação dos Senhores Deputados em posição contrária. A ata está perfeita, legal e legitimamente aprovada.

(É lido o expediente que se encontra sobre a mesa)

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 126/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 72/86 que autoriza o poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operacionais do BNB, empréstimo até o valor de CzS 199.414.450,00 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e quatorze mil e quatrocentos e cinquenta cruzados) para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do programa de Prioridades Sociais.

sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 117/86, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ SARNEY, e a sua subsequente inclusão na Pauta da Ordem do Dia, fundamentado no Art. 108, do Regimento Interno desta Casa. Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao projeto de Lei n. 39/86, bem como sua subsequente inclusão na Pauta da Ordem do Dia, fundamentado no art. 108, do Regimento Interno. Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a Proposição n. 47/86, oriunda da Mensagem Governamental n. 30/86, que encaminha cópias autênticas dos convênios celebrados pelo Estado do Paraná, com as partes e datas que especifica. Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n. 124/86.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário que seja inserido nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA VALENTE ADAAD, ocorrido na data de hoje.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) DONATO GULIN

Líder do Partido Liberal

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA DA CONCEIÇÃO MALTAURO, ocorrido em 05 de junho do corrente, na cidade de Curitiba - PR.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ VIANA PEREIRA, ocorrido no dia 04 próximo passado, na cidade de Quinta do Sol.

O extinto era casado com D. Ilda Ferreira Pereira, deixando três filhos e largo círculo de amizade junto à comunidade de Quinta do Sol, onde foi Prefeito Municipal e Vereador por duas legislaturas.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Câmara de Vereadores de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de pesar pelo trágico falecimento do Sr. HONÓRIO GONZATTI, ocorrido no dia 06 do corrente mês no Distrito de Cristo Rei, Município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento à viúva Maria Diva Gonzatti, residente no referido Distrito.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O extinto, além de agricultor e madeireiro, era também suplente de vereador pelo PMDB, sendo pessoa de muitas amizades e de grande estima na região. Covardemente assassinado, em sua própria residência, quando após um dia de trabalho preparava-se para o merecido descanso. Seu passamento causou grande comoção à comunidade capanemense, razão pela qual entendemos justa e merecida homenagem que aqui pretendem prestar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EUZÉBIO CORREA DE MELLO, Zebinho, o primeiro Prefeito do Município de São Jerônimo da Serra.

O extinto foi um desbravador com ativa luta na instalação desse município.

Homem agarrado ao trabalho, honrado, extraordinário chefe de família, sua morte causou muita tristeza e dor aos familiares e vasto número de amigos que tiveram o privilégio de sua convivência. Foi sempre o amigo fiel e leal que nunca faltou aos que precisavam de sua ajuda.

O Brasil perdeu um grande homem, figura rara nos nossos dias atuais.

REQUEIRO que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através do Vereador Jardel Costa de Mello, na Câmara Municipal de São Jerônimo, rogando a Deus que conforte a todos por tão irreparável perda, cuja memória ficará registrada nos Anais da história, através deste Poder.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulação ao Jornal "A Voz de Rolândia", editado na cidade do mesmo jornal.

De propriedade de Erony Honório Fernandes, é um jornal de excelente linha editorialista e muito bem confeccionado, com farto material jornalístico.

Na própria Capital do Estado, é vasto o número de leitores que têm o privilégio de receber regularmente "A Voz de Rolândia".

A Assembléia Legislativa, intérprete fiel do povo, não pode deixar de registrar nos Anais da história, seu louvor e reconhecimento a uma equipe que, com muito idealismo e garra tem brindado os paranaenses com tão importante veículo de comunicação.

REQUEIRO, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista Erony Honório Fernandes, a Avenida dos Expedicionários, 198, em Rolândia, com os parabéns aos diretores, redatores e demais funcionários, desejando êxito permanente em tão nobre atividade.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja considerado na Ata dos trabalhos de sessão de hoje, um voto de congratulação ao jornalista Estêlio Feldman, pelo lançamento do livro "Constituinte e Municipalismo".

Antigo editorialista da "Folha de Londrina", homem sério, grande líder católico, é profissional que desfruta de alta credibilidade junto à opinião pública londrinense. Além das brilhantes qualidades enumeradas, é um homem dotado de um coração extremamente generoso.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de registrar para os Anais da história, a vida de tão honrado profissional da imprensa paranaense, como estímulo aos demais jornalistas que estão iniciando suas carreiras.

REQUEIRO que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao jornalista homenageado, Estêlio Feldmann, através da "Folha de Londrina", em Londrina, com aplauso o reconhecimento por tão admirada vida e votos de sucesso permanente, sob as benções de Deus.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, de votos de congratulações dirigidos a Sertanópolis pelos seus 52 anos de emancipação política e administrativa completados no dia de amanhã, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal José Aparecido Rafaeli; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Edson Pedro Almeida, e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes.

"Passeando pelas ruas de hoje, asfaltadas, iluminadas e arborizadas, onde trafegam carros e motos do último tipo, um homem que ajudou a demarcar terras e desatolar carros das estradas barrentas do início da história, é a melhor forma de sentir as mudanças que o trabalho e a determinação são capazes de produzir". Tais palavras, ditas pelo Senhor Benedito Nascimento, cartorário que chegou em 1951 a Sertanópolis, posteriormente a vinda de outros desbravadores como os Senhores Saturnino Borges Teixeira, Sebastião Fagundes, Luiz Deliberador, Lourenço Antônio Veiga, Joaquim Felipe de Souza, Francisco Gregório de Oliveira, João Leite de Paula e Silva, Manoel Rabello Loureiro dos San-

tos, Ludovico Giner Surjus, João Reicher, Sebastião do Prado, Francisco Deliberador, Benedito Ribeiro da Silva, Aristides Menk, Benedito Moraes e João Augusto Pereira, bem traduzem o que hoje representa Sertãoópolis em comparação com os tempos idos.

Desde quando surgiram os primeiros povoados, em 1923, atraídos pelas imensas extensões de terras férteis, dado ao gigantismo que tornou-se em bem pouco tempo, Sertãoópolis foi elevada à categoria de município, emancipando-se política e administrativamente de Jataizinho, conforme a Lei n. 1931, cuja criação deu-se em 06 de junho de 1934, ocorrendo a instalação do móvel municipal no mesmo dia e ano.

Com uma população superior a dezesseis mil, Sertãoópolis representa, nos dias de hoje, não apenas e tão somente o aspecto histórico, mas expressiva parcela do processo desenvolvimentista paranaense, graças a conjunto de atividades agrícolas e pastoris, compreendendo a maioria da área que representa um total de 318,655 km².

Deste modo, não poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deixar de apresentar a esta Augusta Casa de Leis, o presente requerimento, procurando fazer do mesmo, uma forma de reconhecer e homenagear o inegável trabalho, destemido aliás, de sua gente, naturalmente herdado da bravura dos pioneiros.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos ao Jornal "Tribuna da Cidade", pelos seus 15 anos de circulação, com conseqüente encaminhamento aos Ilustríssimos Senhores Diretores Umberto Bastos Sachelli, Clidenor José Santos Moraes, Nilson Alves Ribeiro e ao Ilustríssimo Senhor Editor Responsável, Antônio Roberto Simplicio.

Final da década de 60 e início dos anos 70. Praticamente desde quando foi elevada a categoria de Município em 1944, graças ao seu acelerado crescimento, Apucarana tinha dito, no que refere-se à imprensa, experiências pouco ou nada positivas, cabendo à população vê-la com descrédito. Em meio a tudo isto, somando-se a realidade de que não se dispunha de recursos tanto técnicos quanto de pessoal, Mário Baltazar e sua irmã Jane, com idealismo e disposição de luta aceitaram o desafio de implantar um veículo de comunicação impresso. Naturalmente, as dificuldades foram muitas. Porém, passo a passo foram vencidas, como a própria confecção do Jor-

nal que era feita na Cidade de Cambé com 350 exemplares, para só depois de algum tempo passar a ser feito em Apucarana, graças à aquisição de uma pequena impressora que, anos depois somou-se a novos equipamentos, possibilitando o aumento da tiragem e passando para circulação bisemanal, e depois para três vezes por semana.

Como presente de aniversário, Apucarana passou a contar, em 1978, com a "Tribuna da Cidade" circulando diariamente, privilégio de poucos municípios paranaenses. Um período que muito bem consolidou a "Tribuna" como um veículo de inquestionável abrangência não apenas e tão somente na cidade como também naquela rica e imensa região.

Ao completar 15 anos de existência a "Tribuna da Cidade" confunde-se facilmente com a própria história do Vale do Ivaí. Não como um veículo somente de registro dos acontecimentos, mas acima de tudo, e principalmente, pelas posições que soube sempre defender, condizentes com os mais legítimos interesses e anseios dos cidadãos.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao apresentar através desta síntese, um pouco da história deste vigoroso Jornal que soube ao longo de todos estes anos, vencer desafios, transpor barreiras, firmar-se verdadeira e efetivamente, como um órgão de imprensa indispensável para o próprio engrandecimento de nossa gente, o faço com inteira justiça e com a convicção de procurar reconhecer os seus relevantes serviços que tem incansavelmente prestado.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, ouvido o Plenário que seja transcrito na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, um voto de aplauso à Diretoria da União Paranaense dos Estudantes gestão 86/87.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, que seja dada ciência da mesma à Diretoria eleita da União Paranaense dos Estudantes, através de sua presidente, Senhorita Valéria Bassetti Prochmann.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

Na construção democrática encetada pela Nova República, um capítulo a parte deve ser dedicado à participação da classe universitária brasileira, fator preponderante para uma democratização legítima e

decisiva. O alojamento do universitário brasileiro no processo político foi uma das estacas para a deposição do Governo Jango Goulart e a implantação do regime de exceção dos últimos vinte anos. Constatador e crítico, o universitário é avesso a toda e qualquer forma de repressão vigilante e implacável da liberdade. Uma das primeiras medidas adotadas pelo movimento militar de 64, foi a de extinguir o órgão nacional representativo da classe universitária - a UNE, União Nacional dos Estudantes - tomando-lhe a sede própria, prendendo e torturando seus líderes quando não eliminando sumariamente seus líderes históricos, tirando-lhes inclusive a vida.

Inúmeros foram os mártires universitários da repressão. A extinção teve reflexos nos órgãos estaduais que também foram surripiados de suas sedes e tiveram suas lideranças perseguidas ou morta. Paralelamente, os órgãos de comunicação denunciavam como maléfica a profissionalização do universitário, à militância política. Tal postura resultou numa alienação política e marginalização consequente do universitário e num esvaziamento da consciência crítica da Nação. Também como consequência não se renovaram os quadros políticos em especial, as lideranças mais sólidas quando surgidas dos bancos universitários.

A Nova República tratou de remover este pernicioso entulho, voltando a reconhecer a UNE e seus respectivos congêneres estaduais, como a União Paranaense dos Estudantes de relevante história. Fiel a seus postulados, ela acaba de realizar a primeira eleição direta, a nível universitário, pois, a própria UNE, em mãos sectárias, oferecia resistência a promover eleição direta para a Executiva Nacional. Dando exemplo democrático, a nossa UPE, buscando o consenso entre as várias tendências políticas com uma ampla proposta, arregimentou-as na Chapa Vertente, encabeçada por Valéria Bassetti Prochmann. Eleita com o apoio da grande maioria universitária, é ela a primeira MULHER a ocupar o cargo na história universitária do Paraná. Pela maneira democrática com que foi conduzido o processo eleitoral universitário chegando à vitória, pela definida proposta de democratizar a UNE através de pressão política, pelo objetivo maior de resgatar a participação ativa e efetiva do universitário paranaense nas discussões políticas e decisões administrativas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Educação, Senador Jorge Bornhausen, mani-

festando integral apoio à indicação do Professor Felipe Tiago Gomes para o Conselho Federal de Educação.

O Professor Felipe Tiago Gomes vem dedicando toda a sua vida ao ensino, e é Cidadão Honorário do Paraná, pelos relevantes serviços que vem prestando à Educação em seu trabalho, através da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Portanto, sua indicação para ocupar tão importante função, deixa-nos felizes. É o reconhecimento para a Educação em nosso Estado.

Sala das Sessões em 10/06/86.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de cópias do pronunciamento feito em data de hoje, às seguintes autoridades: Presidente da República, Ministros da Agricultura e do Planejamento, Governador do Estado, e Secretários da Agricultura e do Planejamento.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) NELSON BUFFARA

Linha do pronunciamento:

APOIO À AGROPECUÁRIA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O momento que vivemos, reflete a encruzilhada que se defronta a sociedade brasileira em busca de novos horizontes para o seu futuro.

Estamos em pleno regime democrático, nos preparando para elaborar a nova Constituição, que nos levará ao próximo milênio.

O Governo Federal está implantando a reforma econômica, também conhecida como Plano Cruzado.

Outras reformas estão em elaboração, como a reforma bancária e agrária, entre outras.

Nesse contexto reformista, as ações de Governo e de suas lideranças políticas, empresariais e principalmente sociais, devem se voltar com urgência para dar novo ordenamento à política agropecuária do nosso País.

Agricultura é uma atividade por demais complexa, e está extremamente vinculada aos demais setores da economia. A grande vantagem é que, os lucros do seu crescimento, fluem com maior naturalidade para os demais segmentos da economia. Por sua vez, é o segmento com menos poder de reivindicação, devido a grande dispersão de suas lideranças. Os empresários do setor lidam com uma série de variáveis como a terra, o clima, a água, o crédito rural, os preços mínimos, a comercialização, a

armazenagem e o transporte, que, somados, representam um elevado grau de incertezas quanto ao sucesso do empreendimento. Isso tudo torna a agricultura um segmento econômico diferenciado e especial, o que nos leva a concluir, que as medidas a serem orientadas para ela, também devem ser "especiais".

O Brasil nunca teve uma política agrícola ordenada e de longo prazo que apoiasse e proporcionasse condições de credibilidade aos agropecuaristas, para orientar investimentos a médio e longo prazos. O resultado está em que a produção nacional de grãos permanece estacionada em aproximadamente 50 milhões de toneladas de grãos por ano, e as crises no abastecimento de produtos agropecuários são crônicas e constantes. Temos a crise do leite, da carne, do óleo vegetal e do milho, entre outras.

Por outro lado, temos solo, clima, mão de obra e tecnologia mundial em determinadas atividades que permitem a nossa auto-suficiência na agropecuária, e ainda nos capacitam a sermos o celeiro do mundo.

Os nossos problemas, as nossas necessidades, aquilo que precisa ser feito para a agricultura brasileira e paranaense, já está muito bem diagnosticado e equacionado em termos de solução.

O momento é histórico. Precisamos de ação. Chega de verbalização.

Nesse sentido, é claramente visível a todo o País que o Paraná, pelo peso que tem na agropecuária brasileira, deve liderar as ações concretas de reformulação da política agropecuária.

Bem sabemos que os instrumentos de política econômica estão enfeixadas nas mãos do Governo Federal. Os governos dos Estados pouco ou quase nada podem fazer. Porém, não podemos aceitar docilmente que, enquanto não se implanta uma nova política agropecuária para o Brasil, aberrações do tipo:

- Insuficiência de recursos em AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimos do Governo Federal), impeçam ou prejudiquem a comercialização normal e tranqüila da safra 85/86, em prejuízo do produtor rural, acontece que sempre "paga a conta" de tudo que acontece de mal na economia;

- Suspensão do custeio agrícola no meio do plantio da safra de trigo.

Não estamos emprestando cruzados, a nossa nova moeda interna, para o produtor de trigo. Todavia, logo mais, estaremos dispendendo dólares para a importação de trigo.

Repito. O momento é de ação. Agir concreta e eficazmente.

1. O que a agricultura necessita:-

- . Uma política agrícola de curto e médio prazo para dar segurança ao setor, compreendendo basicamente:

- . Política de crédito de longo prazo para investimentos e de curto prazo para custeio;

- . Política de preços mínimos realista, firme e segura;

- . Nova política de comercialização de safras com modificações na atual sistemática de AGF e EGF;

- . Aumento e adequação na capacidade estática de armazenagem;

- . Assistência técnica efetiva, voltada à introdução de novas técnicas de plantio.

2. Como fazer: E aqui ousamos sugerir novos procedimentos de ação.

O problema é político. Tecnicamente se sabe como atacá-lo para resolver.

Não podemos ter a ilusão de que, sem um esforço conjunto de todos os segmentos da agropecuária nacional envolvidos, se possa chegar aos objetivos desejados.

Porém, essa ação política tem que ser organizada e profissional. Cada segmento terá o seu papel.

Os governantes, os deputados estaduais e federais, as federações patronais e de trabalhadores, as cooperativas, os prefeitos e os vereadores.

Todos nós seremos parte de um exército forte, unido, coeso e com muita disposição de luta, para resgatar do Governo da Nova República, aquilo que ele ainda está devendo: uma Nova Política Agrícola, que beneficie aquele que nunca foi beneficiado: O produtor rural.

Quem deve liderar o movimento?

Não somos e nem pretendemos ser pedantes. Porém, a realidade da agropecuária nacional está no Paraná.

A realidade é que o Paraná assume a liderança nacional, pelos 30% da produção de grãos do País e pelo fato de possuir o melhor sistema cooperativista.

Acreditamos que essa missão possa ser encampada pelo recém-criado Bloco Ruralista nesta Assembléia, ao qual desde já me associo.

Acredito, também, que não nos faltará o apoio indispensável do nosso Governador João Elísio, que pela sua formação, inteligência e capacidade de trabalho, poderá obter do Presidente José Sarney, o mais rápido possível, uma nova política agropecuária, para que a mesma possa ser analisada em profundidade, e ser encaminhada, ainda esse ano, ao Congresso Nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado por esta Casa, protesto formal pela entrega da conta publicitária da EMBRATUR a duas agências de propaganda multinacionais estabelecidas no Brasil, quebrando, deste modo, um comportamento tradicional do Governo brasileiro, que é o de reservar as contas públicas para estímulo e desenvolvimento da capacidade empresarial e técnica das agências de propaganda de capital exclusivamente nacional.

Outrossim, requer que seja este protesto encaminhado ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Indústria e do Comércio, ao Presidente da EMBRATUR, e dele seja dado conhecimento às entidades de classe publicitárias, notadamente à Associação Brasileira de Arências de Propaganda, à Federação Nacional de Agências de Propaganda e ao Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná.

A EMBRATUR, empresa estatal ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, acaba de julgar concorrência para entrega de sua conta de propaganda, orçada em US\$ 3 milhões, que para a surpresa do mercado de propaganda, da imprensa e das lideranças políticas, decidiu entregar parte dessa fabulosa verba para duas agências multinacionais estabelecidas em nosso País.

Segundo afirmou o Sr. Luiz Lara, diretor-adjunto de marketing da EMBRATUR, ao periódico "Gazeta Mercantil", de 16 de maio, a Fischer, Justus, Young e Rubicam irá tratar das relações públicas da empresa, sendo que a "Standard Ogilvy" assessorará o setor de publicidade internacional. A justificativa que o Sr. Luiz Lara deu para a Gazeta Mercantil, seria o fato de a EMBRATUR estar apostando alto na eficiência de sua atuação.

Com esse procedimento, a administração da EMBRATUR, abre as portas do mercado estatal brasileiro, que nos últimos anos sempre foi protegido da concorrência de agências multinacionais, à presença de grandes negócios liderados por empreendimento dominados pelo chamado "capital financeiro internacional", sem maior compromisso com o desenvolvimento e a capacitação técnica e gerencial dos profissionais de comunicação mercadológica de nosso País.

De há muito tem se verificado uma internacionalização do mercado brasileiro de propaganda. Com a recessão econômica, a que os governos anteriores levaram o Brasil, nossas agências de propaganda tradicionais se viram relegadas ao esquecimento, compradas a preço de verdadeira liquidação pelas gigantescas representantes do

capital multinacional. Assim é que foram desnacionalizadas nos últimos anos, agências de atuação arraigada no mercado de propaganda brasileiro, tais como a "Standard", a "Gang", a "Castelo Branco", a "Fischer e Justus" a "Tempo" e a "Proeme".

O Brasil não pode correr o risco de entregar um setor sensível como o de Comunicação Mercadológica, que movimenta milhões de cruzados, para um ou mais órgãos de capital estrangeiro. As consequências diretas de tal orientação pode condicionar a opinião editorial de determinados órgãos de comunicação social e até desenvolver padrões comportamentais de consumo e cultura totalmente distorcidos. Ocorre que, muitas das vezes, tais resultados se alcançam pelo descompromisso desses empreendimentos internacionais, vinculados apenas ao conceito de "multinacional de capitalismo de papel", como definidos pelo professor Robert B. Reich, da Universidade de Harvard.

Nos recentes estudos da Comissão Constitucional, organizada pela Federação Nacional das Agências de Propaganda, se chegou a cogitar a fixação da regra constitucional capaz de proteger o mercado brasileiro da concorrência desregulada de agências de propaganda multinacionais, mediante proteção do principal ativo econômico detido pelo Brasil nesta área, que é o seu mercado interno. Mercado este que ocupa a oitava posição do mundo em dimensão, com mais de 70 milhões de consumidores.

O que o Governo e a sociedade brasileira precisam fazer é fixar uma retribuição das agências multinacionais pelo direito de explorar nosso mercado de serviços e não franquear-lhes ainda mais o acesso às contas governamentais de propaganda, numa desnacionalização absurda e que desserve o Brasil.

Compartilhamos da opinião externada pelo Sr. Álvaro Resende Costa, Presidente da Federação Nacional das Agências de Propaganda, no que diz respeito ao absurdo e ao perigo que representa tal atitude para o mercado de propaganda brasileiro. Efetivamente, a publicidade nacional é tão competente ou mais, que as melhores empresas do mundo neste ramo. A qualidade e a criatividade é tão boa aqui como lá fora, e o gesto da EMBRATUR é um desrespeito e uma agressão às empresas brasileiras, na medida em que, por via indireta as taxas de incompetentes.

Esperamos que o Presidente da República, Sr. José Sarney e o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, sejam sensíveis a esta reivindicação, reavaliando a concorrência levada a efeito pela EMBRATUR, por tudo o que possa representar para as potencialidades brasileiras no setor de

publicidade.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado do Paraná, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhes índices de igualdade, na gratificação de representação da Instituição Policial Civil, que a referida gratificação, atualmente em percentuais diferenciados, em 60%, 45% e 35% seja estabelecida no índice único de 60% para todas as carreiras policiais.

Senhor Presidente.

Não há razão da referida vantagem ser atribuída às várias carreiras da Polícia Civil em índices diferenciados, uma vez que a distinção dos valores (cargo de nível superior e secundário), já ocorre em razão da diferença salarial. É questão de equidade, considerando que os outros benefícios pagos ao funcionalismo, a exemplo de adicionais, funções gratificadas, salários-família, etc, respeitam a equidade, como de fato deve ocorrer.

Por outro lado, todos os Policiais Civis, dentro do espírito da citada lei, têm as mesmas despesas extraordinárias decorrentes de ordem profissional, uma vez que os empresários, comerciantes e outros profissionais, não estabelecem preços diferentes para cada servidor, levando em conta o fato de que um ganha mais ou menos do que o outro, o que é óbvio.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, para que sejam realizados estudos visando analisar as reais possibilidades de implantação de uma agência do INAMPS, para a municipalidade de Moreira Salles.

Já no ano passado, atendendo aos reclamos dos segurados do INAMPS, o Excelentíssimo Sr. Adalberto Pronzatti, integrante do Poder Legislativo, apresentou, durante Sessão da Câmara, proposta no sentido da criação e instalação de uma agência desse Instituto, considerando, também, o próprio porte do município.

Fora de qualquer dúvida, Moreira Salles já oferece, amplamente, condições para merecer a implantação de uma agência do Instituto Nacional de Assistência Médica

da Previdência Social, congregando conjuntamente com os demais órgãos pertencentes a esse Ministério, o que por certo trará incontáveis benefícios, notadamente no que respeita ao atendimento médico, através de consultas e internamentos, assim como na parte burocrática.

Diante da apresentação de motivos ora relatados, é de se esperar que o Ministério da Previdência e Assistência Social dê o necessário encaminhamento a tão importante assunto.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para a pavimentação asfáltica ligando as municipalidades de Mamborê, Nova Cantu e Altamira do Paraná.

Mamborê possui uma área total de 778, 144 km², Nova Cantu tem 555,884 km² e Altamira do Paraná tem uma extensão territorial de 375,000 km². Nelas são produzidos diversos culturas, destacando-se a soja, o trigo, o milho, o arroz, a mandioca, o feijão e o algodão, cujas atividades são responsáveis, somados à pecuária existente, por expressiva parcela da contribuição sócio-econômica deste Estado, envolvendo praticamente toda a população em tal processo: 15.427 de Mamborê; 11.798 de Nova Cantu e de Altamira do Paraná, 10,726 (conforme dados do Censo realizado em 1980).

Através destes dados, que bem evidenciam as potencialidades dos referidos municípios, considerando ainda o interesse demonstrado amplamente pela população, através das Prefeituras Municipais (Excelentíssimos Srs. Ivo Brunetta, Walmick Pereira e Evaldo Raq, chefes dos respectivos Executivos de Mamborê, Nova Cantu e Altamira do Paraná); e das Câmaras Municipais (Excelentíssimos Srs. Alcení Martinelli, de Nova Cantu e Ricardo Radonski, Presidente do Poder Legislativo de Mamborê), é de vital importância a pavimentação asfáltica, pois permitirá, fora de qualquer dúvida, o rápido e seguro escoamento da produção, interligando todas aquelas ricas e imensas regiões pertencentes aos três municípios.

É de capital importância, diante dos motivos ora apresentados, que essa Secretaria de Estado dos Transportes determine a inclusão dessa importantíssima obra no seu plano rodoviário, a fim de concretizar um sonho há muito acalentado.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, objetivando a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento na municipalidade de Campo Mourão.

Conforme dados realizados pelo Censo no ano de 1980, o Município de Campo Mourão conta, atualmente, com uma população superior a 75 mil habitantes, responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura, pecuária, indústria e comércio diversificado, constituindo-se tais fatores a base de sua sustentação sócio-econômica. Diante desta realidade, cujo porte coloca Campo Mourão como um dos mais importantes municípios paranaenses, ao refletir, por outro lado na necessidade premente de dotá-lo de condições que viabilizem a continuidade do seu crescimento, de modo mais efetivo e ordenado.

Diante disto, o Deputado abaixo subscrito, reitera, através do presente requerimento (outro expediente pedindo a agilização para implantar a referida Junta foi feito no dia 18 de maio de 1983), a importância para a concretização desta iniciativa, uma vez que permitirá seguramente que os processos existentes na Comarca sejam efetivamente tramitados de maneira mais rápida.

Pelas razões ora apresentadas, de acordo com reivindicação do Ilustríssimo Sr. Darcy Legnani, em nome do Sindicato dos Bancários daquela região, o qual é presidente, bem como do conjunto dos Juizes; que este Tribunal num menor prazo de tempo possível, dê o parecer favorável sobre o assunto, cujos reflexos dessa esperada decisão significará incontáveis benefícios para aquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a respeito da construção de uma ponte sobre o Rio das Antas, na municipalidade de Barbosa Ferraz.

Tendo em vista o número de veículos que diariamente trafegam na ponte existen-

Curitiba, terça, em 10.06.86

te sobre o Rio das Antas, na estrada que serve de ligação entre Corumbataí do Sul e Paraíso do Sul, não apresentar condições ideais de uso, uma vez que seu porte e extensão já não conseguem suportar as condições em que a mesma vem sendo utilizada.

Neste sentido, por sugestão do Ilustríssimo Sr. Jair Cândido de Almeida, residente em Corumbataí do Sul, que essa Secretaria de Estado dos Transportes determine a construção de uma nova ligação sobre o referido manancial hídrico, assegurando, assim, maior segurança para os condutores de veículos, notadamente presentes no escoamento da produção agrícola daquela rica região.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, visando o envio de 150 carteiras para a Escola Estadual João Pessoa, Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Araruna.

Conforme iniciativa do Ilustríssimo Sr. Ednar Melo Cavalcante, Inspetor Estadual de Ensino, o referido estabelecimento escolar, recentemente construído, carece de móveis, principalmente de carteiras, sendo que são necessárias, no mínimo, 150.

Neste sentido, a fim de que a Escola Estadual João Pessoa possa, em condições plenas, iniciar o seu funcionamento, constitui-se de vital importância o imediato atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, objetivando apoio para a recuperação e conservação do setor rodoviário na região da Vila Yolanda, pertencente à municipalidade de Ubiratã.

Profundo conhecedor dos reais interesses do povo de Yolanda, vila onde reside há muitos anos, o Sr. José Beraldo está a reivindicar o apoio desta Pasta para a realização de trabalhos, no sentido da recuperação, bem como da conservação de

grande parte das estradas de leito natural lá existentes, das quais, várias delas, sequer apresentam condições de tráfego quando acontecem adversidades climáticas.

Vale dizer, finalmente, que o presente pedido do Ilustre Sr. José Beraldo, prende-se também ao fato de que, devido aos elevados custos de pessoal e de maquinário, a Administração Municipal, somando-se a todo o Município de Ubatã, em termos de estradas, não dispõem de recursos suficientes para tal; aguardando, assim, o respaldo que for necessário por parte dessa Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado do Paraná, Secretário de Estado da Segurança Pública e Secretário de Estado da Administração, solicitando-lhes elevação dos índices percentuais dos Policiais Civis, notadamente os Escrivães de Polícia; ampliados na seguinte forma: Escrivão de Polícia Primeira Classe de 60% para 70%; Segunda Classe, de 55% para 68%; Terceira Classe, 50% para 65% e Quarta Classe, de 45% para 60%.-

Senhor Presidente.-

Os índices salariais percebidos pelos policiais Civis, notadamente os Escrivães, concedem a seu vencimento-base, pouco mais do que o salário-mínimo vigente do País, salvando a situação somente as demais vantagens inerentes ao cargo, que ao final estabelecem uma somatória mais condigna.

Recentemente, os salários-base de várias carreiras policiais foram corrigidos, em virtude de profissionais, a exemplo de agentes de segurança, auxiliares de necrópsia e outros estarem percebendo menos do que o mínimo vigente, o que não é permitido por lei federal.

Por outro lado, necessário se faz restabelecer os índices percentuais da Polícia Civil, para que se mantenha a diferença salarial por índices de escolaridade, fator hoje aviltado, em prejuízo da própria Lei Complementar n. 14/82, de 26 de maio de 1982.

Restabelecendo o escalonamento salarial em sua plenitude, o Governo Estadual estará honrando o seu plano de Governo, no tocante à Polícia Civil, instituição à qual prometeu condições salariais, promessa que até o momento se acha em aberto.

Finalizando, a carreira do Escrivão de Polícia faz jus à alteração de índices, no molde pleiteado, considerando que a gama de serviços por ela oferecida à comunidade paranaense é inestimável, razão pela qual

se constitui num dos sustentáculos da organização e fonte de profissionais do melhor gabarito possível.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida a ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, no intuito da destinação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra esportiva para a Escola Estadual Professor Léo Kohler, Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Terra Boa.

Tendo em vista tratar-se de uma justa solicitação, aliás luta muito antiga do conjunto do estudantado, teve início a construção de uma quadra de esporte, envolvendo a comunidade, de um modo geral, em tal realização.

No entanto, devido ao volume de recursos que serão envolvidos, a Administração Municipal, tendo à frente o Chefe do Executivo, Excelentíssimo Sr. Elso Garcia Segura, vem dando apoio para a referida obra, mas, mesmo assim, devido ao orçamento comprometido com outras realizações também prioritárias, torna-se de vital importância, o quanto antes, o apoio dessa FUNDEPAR e Secretaria da Educação.

Destarte, conforme salienta a ilustríssima Sra. Diretora daquele estabelecimento, Maria Neusa Boni Palavigna, a existência de uma cancha esportiva virá resolver os sérios transtornos que se verificam atualmente para a prática da educação física.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo maior apoio para o setor, existente na municipalidade de Roncador.

O Excelentíssimo Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, integrante do Poder Legislativo apresentou, em várias oportunidades, gestões no sentido de que a área de saúde e assistência social mereça efetivamente a atenção de acordo com as reais necessidades da população; merecendo apoio dos

demais vereadores.

Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma solicitação inteiramente justa, e que por certo merecerá por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, num menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, para a liberação de materiais escolares aos educandários da rede estadual, localizados na municipalidade de Peabiru.

Numa reivindicação conjunta, de responsabilidade dos Ilustríssimos Srs. José Bardine Netto e José Lúcio Pedrezini, respectivamente Inspetor Estadual de Ensino e Presidente do Diretório do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, afirmam ser de vital importância o apoio para a aquisição de materiais didáticos ao conjunto dos estudantes, uma vez existir, principalmente pelos carentes, inúmeras dificuldades para a aquisição de livros, nem sempre adquiridos, exatamente pela ausência de condições financeiras.

Que essa Fundação e essa Pasta, dada a exposição de motivos, determinem o pronto atendimento desta que é, sem dúvida alguma, uma justa pretensão.

Sala das Sessões, em 10/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os escrivães de polícia integram hoje uma classe cuja capacidade profissional é por todos conhecida e respeitada. Assim sendo, um integrante dessa categoria poderá exercer o referido cargo, preenchendo todos os requisitos legais, o que hoje não ocorre, uma vez que o atual Secretário daquele colegiado, não é servidor da Polícia Civil e sim do quadro Geral de Servidores, isto sem qualquer demérito. Trata-se apenas do cumprimento de um dispositivo legal, já citado, com o prestigiamento de um Escrivão de Polícia, que dada a relevância do trabalho por ele prestado à Comunidade Paranaense, bem merece tal distinção.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

As atuais ocupantes do cargo de Escri-

vão e Polícia, Agente de Segurança e outros, em virtude de concorrerem a um número muito inferior de vagas, em relação às carreiras masculinas, ficam muitos anos em uma determinada classe, enquanto seus colegas progridem de forma muito mais rápida, e em verdade na metade do tempo previsto para tal fim.

Como a Carta Magna do País, assegura a igualdade entre os sexos, conveniente se faz que na Polícia Civil as mulheres gozem dos mesmos direitos, pois em sua grande maioria, se constituem em excelentes profissionais, labutando em idênticas condições de trabalho com os homens e diante de tal segregação, oriunda de governos passados, se vêem desestimuladas em seus locais de trabalho, quando deveria ocorrer justamente o contrário, já que a vontade de progredir, no mundo de hoje, é tão natural nos homens como nas mulheres.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, solicitando da mesma, providências no sentido da perfuração de um poço semi-artesiano na sede do Distrito de Poema, no Município de Pitanga.

A medida justifica-se plenamente, pois o poço existente não é suficiente para atender à demanda, ficando a população constantemente sem água e sem alternativas para suprir as suas necessidades.

Sala de Sessões, em 10 de junho de 1986.

(aa) GILBERTO CARVALHO

LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, a transcrição nos Anais da Casa, dos artigos publicados no Jornal "O PARANÁ" de autoria do Jornalista Emir Sfair, sob os títulos "O LUTO DOS COLIBRIS" e "CARAJÁS DA SOJA".

Pede ainda, envio de cópia do presente expediente, ao Jornalista Emir Sfair- Rua Pernambuco, 1592- Cascavel-PR:

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Tais artigos demonstram a sensibilidade do ilustre profissional que presta uma justa homenagem ao naturalista e mundialmente famoso cientista Augusto Ruschi em sua primeira publicação, e, na segunda, adverte para os grandes temas da região,

abordando a necessidade da Ferrovia da Produção que tanto defendemos nesta Casa Legislativa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 129/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica criado, no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Administrativo de Borda do Campo de São Sebastião, com sede na localidade de Borda do Campo e com as seguintes divisas:

"O ponto de partida, cravou-se na estrada de Piraquara com o Rio Itaquí; deste ponto segue pelo Rio Itaquí, dividindo com o Município de Piraquara no quadrante SE, numa distância de 14,5 Km, até encontrar a cabeceira do mesmo rio; daí por linha seca, na Serra do Emboque, segue dividindo com o município de Piraquara, numa distância de 5 Km, até encontrar a divisa do Município de Morretes; deste ponto ainda por linha seca, na Serra do Emboque, segue dividindo com o Município de Morretes, numa distância de 13 Km, até encontrar a estrada que vai ao lugar denominado Capão Grosso; deste ponto segue dividindo pela estrada para Capão Grosso, numa distância de 8 Km, até encontrar o Rio Pequeno; daí segue dividindo pelo Rio Pequeno, numa distância de 19 Km, até encontrar o prolongamento da Rua Marechal Hermes; deste ponto segue pelo prolongamento da Rua Marechal Hermes, dividindo com os loteamentos Vila Santa Rosa, Jardim Reago, Jardim Esmeralda e Jardim Cruzeiro do Sul, numa distância de 2,5 Km, até encontrar o Rio Itaquí.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Borda do Campo e de São Sebastião no Município de São José dos Pinhais, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado não venha a sofrer solução de continuidade.

PROJETO DE LEI N. 130/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Declara de Utilidade Pública, a FEDERAÇÃO UMBANDISTA DO ESTADO DO PARANÁ- SOCIEDADE CIVIL, com personalidade ju-

rídica de caráter religioso, filantrópico, cultural, educacional, cooperativo e beneficente, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de Curitiba, fundada em 25 de maio de 1958.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

A Federação Umbandista do Estado do Paraná, fundada no dia 25 de maio de 1968, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de caráter religioso, filantrópico, cultural, educacional, cooperativo e beneficente sem fins lucrativo que tem por finalidade primeira, congregar tendas, cabanas, centros e demais associações espíritualistas, propagando e defendendo a sua doutrina.

A Federação Umbandista do Estado do Paraná, FUEP, desenvolve ainda a função de fiscalizar as entidades afins visando seu aprimoramento constante e incentivar a criação de novos grupos espiritualistas para ajudá-las a formar novas tendas, através da escola iniciática sacerdotal.

Tendo como órgão máximo deliberativo a Assembléia Geral, defende os princípios constitucionais, a vivência da liberdade democrática e a luta pela justiça social e tem buscado fortalecer sua organização nos setores educacional e cultural, além da manutenção dos serviços rituais.

Desempenham através de membros especialmente convidados pelo Conselho Diretor, as tarefas educacionais julgadas indispensáveis para a consecução de suas finalidades, que conduzem os ensinamentos da sua fé a partir da elucidação do traçado dos "pontos" no terreiro ue sustentam a prática cotidiana, do encontro e da fraternidade em Deus.

A organização dos adeptos da Umbanda para atingir sua meta suprema, assim como as demais religiões de origem africana, se fez a duras penas, sob a perseguição e as pressões motivadas pelo etnocentrismo dominante e a dificuldade de anular os bloqueios colonialistas, daqueles que pretendem padronizar para dominar.

A garantia constitucional porém não acumulou o preconceito e os umbandistas aceitaram o desafio de levar adiante a tarefa de congregar sob a Ordem Suprema de Umbanda, todos os irmãos de fé, de continuar promovendo ações de integração para a realização dos cultos tradicionais aos grandes orixás presididos por Orixalá.

Reverenciar a grande coluna mística que une o céu à terra e reacende pela fé, a esperança de alcançar a justiça social.

PROJETO DE LEI N. 131/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Denomina de Rodovia Professor Durval Ribeiro Dias, a rodovia que vai desde o trevo de Iretama na BR-487, até à BR-369, em Barbosa Ferraz, interligando os municípios de Iretama a Barbosa Ferraz.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigência à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade mineira de Paraisópolis, Durval Ribeiro Dias desde cedo veio para o Paraná, aqui desempenhando as mais diversas atividades, entre as quais a de Gerente Regional do Banco do Estado do Paraná e as funções de professor em diversas escolas. Além das atividades profissionais, destacou-se politicamente, candidatando-se ao cargo de Prefeito em cinco oportunidades, três pela UDN e duas pelo MDB. Em 1978, fixou residência no Município de Iretama, passando ali a contribuir decisivamente para o progresso de toda a região, seja como professor nas áreas de Contabilidade e Matemática, seja na condição de intransigente defensor dos legítimos interesses da população. Seu falecimento deixa uma lacuna na vida do município de Iretama; mas seu nome e sua dedicação para com toda a região jamais serão olvidados. Desejamos, com esta homenagem que ora prestamos ao emérito professor do longínquo município de Paraisópolis, marcar bem seu nome para as gerações que virão. Quem transitar pela rodovia que interliga os municípios de Barbosa Ferraz a Iretama, lembrará sempre daquele filho da região, que tão bem soube expressar em sua vida o denodo e a firmeza na defesa daquilo que é mais caro para qualquer cidadão: a liberdade.

SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Está finda a leitura do expediente

Com a palavra no Pequeno Expediente, o senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O momento em que vivemos, reflete a incruzilhada em que se defronta a sociedade brasileira em busca de novos horizontes para o seu futuro.

Estamos em pleno regime democrático, os preparando para elaborar a nova constituição que nos levará ao próximo milênio.

O Governo Federal está implantando a

Curitiba, terça, em 10.06.86

reforma econômica, também conhecida como Plano Cruzado.

Outras reformas estão em elaboração como a reforma bancária, e a agrária, entre outras.

Nesse contexto reformista, as ações de governo e de suas lideranças políticas, empresariais e principalmente sociais, devem se voltar, com urgência, para dar novo ordenamento à política agropecuária ao nosso País.

A agricultura é uma atividade por demais complexa e está extremamente vinculada aos demais setores da economia. A grande vantagem é que os lucros do seu crescimento fluem com maior naturalidade para os demais segmentos da economia. Por sua vez, é o segmento com menos poder de reivindicação, devido à grande dispersão de suas lideranças. Os empresários do setor lidam com uma série de variáveis como terra, clima, água, crédito rural, preços mínimos, comercialização, armazenagem e transporte que, somados, representam um elevado grau de incertezas quanto ao sucesso do empreendimento. Isso tudo torna a agricultura um segmento econômico diferenciado e especial, o que nos leva a concluir que as medidas a serem orientadas para ela devem ser também "especiais".

O Brasil nunca teve uma política agrícola ordenada e de longo prazo que apóie e proporcione condições de creditabilidade aos agropecuaristas para orientar investimentos de médio e longo prazos. O resultado está em que a produção nacional de grãos permanece estacionada em aproximadamente cinquenta milhões de toneladas de grãos por ano, e as crises no abastecimento de produtos agropecuários são crônicas e constantes. Temos a crise do leite, da carne, do óleo vegetal, do milho, entre outras.

Por outro lado, temos solo, clima, mão-de-obra e tecnologia mundial em determinadas atividades que permitem a nossa auto-suficiência na agropecuária, e ainda nos capacitam a sermos o celeiro do mundo. Os nossos problemas, as nossas necessidades, aquilo que precisa ser feito para a agricultura brasileira e paranaense e já está muito bem diagnosticado e equacionado em termos de solução.

O momento é histórico. Precisamos de ação. Chega de verbalização!

Nesse sentido, é claramente visível a todo o País que o Paraná, pelo peso que tem na agropecuária brasileira, deve liderar as ações concretas de reformulação da política agropecuária.

Bem sabemos que os instrumentos de política econômica estão enfeixadas nas mãos do Governo Federal. Os Governos dos Estados pouco ou quase nada podem fazer. Porém, não podemos aceitar docilmente que,

enquanto não se implanta uma nova política agropecuária para o Brasil, aberrações destes tipos surgirão, tais como:

- Insuficiência de recursos em AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimos do Governo Federal), impeçam ou prejudicam a comercialização normal e tranqüila da safra 85/86, em prejuízo do produtor rural, aquele que sempre "paga a conta" de tudo que de mal acontece na economia;

- Suspensão do custeio agrícola no meio do plantio da safra de trigo.

Não estamos emprestando cruzados - a nossa nova moeda interna - para o produtor de trigo. Todavia, logo mais, estaremos dispendendo dólares para a importação de trigo.

Repito. O momento é de ação. Agir concreta e eficazmente.

1. O que a agricultura necessita:

- Uma política agrícola de curto e médio prazo para dar segurança ao setor, compreendendo basicamente:

- . política de crédito de longo prazo para investimentos e de curto prazo para custeio;

- . política de preços mínimos realista, firme e segura;

- . nova política de comercialização de safras com modificações na atual sistemática de AGF e EGF;

- . aumento e adequação na capacidade estática de armazenagem;

- . assistência técnica efetiva, voltada à introdução de novas técnicas de plantio.

2. Como fazer:

E aqui ousamos sugerir novos procedimentos de ação. O problema é político. Tecnicamente, se sabe como atacá-lo para resolver.

Não podemos ter ilusão de que, sem um esforço conjunto de todos os segmentos da agropecuária nacional envolvidos, se possa chegar aos objetivos desejados.

Porém, essa ação política tem que ser organizada e profissional. Cada segmento terá o seu papel: governantes, os deputados estaduais e federais, as federações patronais e de trabalhadores, as cooperativas, os prefeitos, os vereadores.

Todos nós seremos parte de um exército forte, unido, coeso e com muita disposição de luta, para resgatar do Governo da Nova República aquilo que ele ainda está devendo: uma nova política agrícola que beneficie aquele que nunca foi beneficiado. - o produtor rural.

Quem deve liderar o movimento?

Não somos e nem pretendemos ser pedantes. Porém, a realidade da agropecuária nacional está no Paraná.

Pelo que apresenta, 30% da produção nacional de grãos, possui o melhor sistema

cooperativista, são realidades que levam o Paraná a assumir a liderança nacional.

Essa missão, entendemos que pode ser encampada pelo recém-criado Bloco Ruralista nesta Assembléia, ao qual desde já me associo.

Acredito também, que não nos faltará o apoio, indispensável do nosso Governador João Elísio, que pela sua formação, inteligência e capacidade de trabalho, poderá formar nesse exército, para obter do Presidente José Sarney, o mais rápido possível, uma nova política agropecuária, para que a mesma possa ser analisada em profundidade, e ser encaminhada, ainda esse ano, ao Congresso Nacional".

Muito obrigado.

(A seguir, passa a ler o requerimento que encaminha cópias deste pronunciamento à autoridades).

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de cópias de pronunciamento feito em data de hoje, às seguintes autoridades: PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MINISTRO DA AGRICULTURA, MINISTRO DO PLANEJAMENTO, GOVERNADOR DO ESTADO, SECRETÁRIO DA AGRICULTURA e SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Antes, esta Mesa quer registrar a presença em Plenário, da Excelentíssima Senhora Chanceler Eiolu Masquio Monteiro da Silva Beduschi, representante de Sua Excelência o Senhor Antônio Correia Cardoso, Cônsul de Portugal e em nome desta egrégia Casa, no Grande Expediente, usará da palavra o Senhor Deputado Edilson Alencar, homenageando o País-irmão, no "Dia Nacional de Portugal".

Com a palavra o Senhor Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Associo-me neste instante, à homenagem que a Presidência deste Poder presta à Chanceler Eiolu Masquio Monteiro da Silva Beduschi, que representa, nesta oportunidade, o Senhor Antônio Correia Cardoso, Cônsul de Portugal, que aqui deveria estar, se não houvesse a coincidência de homenagens neste Poder e na Câmara Municipal de Curitiba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"De existência histórica mais do que tri-milenar, Portugal escreveu admiráveis páginas de trabalho, sacrifícios, abnegação, renúncias, perseverança e fé na História da Humanidade.

Ostentando a Cruz do Cristo, as suas caravelas "sulcaram mares nunca dantes navegados", em busca de terras ignotas, com ignotas gentes. Missão apostólica, de semear a palavra do Deus verdadeiro e de fazer luz na escuridão das almas pagãs!

Colônia fenícia e cartaginesa, depois província romana, a Lusitânia, de contornos lindeiros indefinidos, já cristianizava os bárbaros invasores, desde os celtas aos vândalos; desde os godos aos visigodos e ostrogodos.

Antes de frutificar o sentimento de pátria, frutificara, no espírito da sua gente, o ensinamento do suave Nazareno, transmitido de Roma para a Ibéria. Caio Júlio César e Otávio Augusto plantaram, naquelas distantes plagas, a língua, a lei, a ordem, os usos e os costumes da Roma Imperial e absoluta. Os mores se fixaram e se acimentaram, transformados em segunda natureza, tão sólidos que resistiram à ferrugem do tempo e à ação avassaladora da dominação árabe, estendida por cinco séculos consecutivos.

Os omíadas, os abássidas e os almohadas procuraram refundir a vida do povo dominado. Enriqueceram-no com a arquitetura, a música e a literatura. Povoara-lhe a fantasia com djins, fadas e gênios benfazejos. Enveredaram-no pela trilha das ciências exatas, com a matemática, a Astronomia, a Cartografia, a Física, a Química, a Medicina. Deram-lhe a pólvora e a bússola, o sextante e o papel. Descobriram-lhe o segredo dos mapas de mares, ilhas e continentes que os árabes haviam percorrido. O Califa Abdu el Raimann III fez do seu reino de Córdoba, na Espanha, o maior centro de cultura árabe na Europa.

Quanto maior o esforço do colonizador, maior a reação de lusos e iberos. Despontava, crescia, enraizava-se o amor deles à terra, às tradições, ao jeito de ser, ao jeito de sentir, ao jeito de trabalhar. Generalizava-se entre o povo, o sentimento da necessidade de expulsão do intruso opressor. Os empréstimos culturais não haviam deformado a sensibilidade e o espírito nativista do povo. Conspira-se em toda parte. Travam-se escaramuças e batalhas. O inimigo vai perdendo terreno.

D.Afonso VI, rei de Leão, Castela, Galiza e Portucale, reconquistara Toledo, em 1085. A epopéia lusa contra o árabe ganhou foros de imortalidade quando Alexandre Ierculano a descreveu, com paixão e realismo, em suas obras memoráveis "Eurico", "Presbítero", "O Monge de Cister" e "O bobo". Retratam-se aí, o desprezo pela vi-

da e pelo sofrimento e a perserverança, em quinhentos anos de luta, até que, em 1249, fosse a mouraria definitivamente expulsa do solo sagrado de Portucale.

Transposto o estreito de Gibraltar, o muçulmano invadiu a Ibéria. Após a derrota inflingida a Roderico, rei visigodo, em 711, conquistou-a quase por inteiro. As Astúrias constituíram o foco de resistência, e dali haveria de partir a reação armada. O invasor atingira Caliza e praticou devastações sem conta.

A cidade de Portucale se situava na desembocadura do rio Douro. D.Afonso III percebera o valor da sua posição estratégica. Destinou o seu Governo ao conde Vimara Peres, sob a incumbência de reorganizar e povoar a Galiza setentrional. Ao findar o século IX, o objetivo havia sido alcançado, ao ponto de tornar-se autônoma, em relação à Galiza, a região que se estendia entre as desembocaduras do Minho e do Douro, acrescia da banhada pelo rio Lima. Instituiu-se o governo próprio, independente do da Galiza, e teve a cidade de Portucale como Capital. A linha de sucessão governativa permaneceu dentro da mesma família, o que deu continuidade ao governo, e o que acentuou o sentimento autonomista.

D.Afonso IV contemplou o seu genro francês Raimundo com o governo da Galiza, ao qual juntou os territórios de Portucale, entre o Minho e o Douro, e de Coimbra, ao sul do rio Douro. Entendeu o Rei que as dimensões territoriais iriam causar dificuldades ao governo de Raimundo. Ensenhou, então, a formação do Condado Portucale, com os territórios de Portucale e de Coimbra, e entregou-o à responsabilidade do outro genro, também francês, Henrique de Borgonha, primo de Raimundo.

A luta contra os soldados de Maomé prosseguia sem descanso. Mas, a população constatava que teria de contar com os seus próprios recursos. Não lhe vinha qualquer auxílio dos reinos de Leão e Castela. As vitórias eram, pois, legitimamente suas, de mais ninguém. Ora, tudo se fazia com esforço próprio, com recursos próprios em homens e armas. Logo, o Condado de Portucale, na opinião do povo, poderia dirigir-se sozinho, num Estado independente.

A viúva do Conde D.Henrique de Borgonha, orientada por um mentor galego, pretendeu a reincorporação do Condado Portucale à Galiza. O seu filho, D.Afonso Henrique, se rebelou contra a tentativa, irmanado com o povo em seu sentimento de independência. Com o apoio de nobres e soldados, alijou a sua mãe do poder e investiu-se nele, em 1128. Recusou a sujeição ao trono de Leão e Castela, e, a partir de 1140, passou a chamar-se Rei de Portucale. Empenhou-se junto aos Papas Ho-

nôrio II e Inocêncio II para a obtenção do consentimento. Autorizou-o a fundar o Estado independente de Portucale o Papa Celestino II, no ano de 1144, mas a legitimação papalina viria a ocorrer somente em 1179, sob o Papa Alexandre III, de nome Rolando Bandinelli, de quem D.Afonso Henrique se declarou vassalo, em nome de Deus. Como Lisboa em 1140, outros territórios se acrescentaram ao novo Estado. Deu-se a conquista do Algarve apenas em 1249, ano da expulsão geral dos árabes, normalizou-se a vida do novo País. Fazia-se o comércio de cereais, azeite, vinho, sal, peixe e outras mercadorias com o norte europeu e no Mediterrâneo. Assinou-se o primeiro tratado comercial com a Inglaterra em 1308. Lisboa se tornou "o cais do Atlântico" e, com ela, prosperaram o Porto e outras cidades. As Côrtes, constituídas de "homens bons", se reuniu, pela primeira vez, em 1254. Lisboa ganhou, em 1290, a sua universidade, no mesmo ano em que a ganhava também a cidade francesa de Montpellier.

A História se mostrou justa ao cognominar D.Afonso Henrique o fundador da Nacionalidade Portuguesa, e o registro em bronze permanece no belo monumento que, em sua honra, se ergueu em frente ao Palácio Ducal de Guimarães, motivo de duplo orgulho como representação de arte e como altar em que se reverencia o civismo da Lusa e Brava Gente.

O surto de progresso se viu brusca e bruta mente interrompido quando a "peste negra" assolou quase toda a Europa. Pereceram milhões de homens e mulheres, velhos e crianças. Portugal ficou profundamente abalado. A sua população, já de si rarefeita, se reduziu ainda mais. E os efeitos da peste negra foram perturbadores, sob todos os pontos de vista. Aflita e desorientada, a população rural acorria para as cidades, em busca de socorro e de salvação. As concentrações urbanas estimulavam a propagação do mal e o aumento diário do número de vítimas. O campo se esvaziou, e a produção decaiu, com reflexo direto na política de abastecimento e na alta do custo de vida. Temerosa de que a peste negra fosse castigo divino, a nobreza pretendia a absolvição dos pecados e a reconciliação com Deus mediante a doação de terras à Igreja, que, dentro em pouco, se havia tornado a proprietária de extensos latifúndios improdutivos. A burguesia se fortaleceu em meio à crise, e disputou posições e privilégios com a nobreza. O aniquilamento da mão-de obra e a desestabilização econômica iriam prejudicar Portugal no futuro, não lhe permitindo o pleno desempenho do significativo papel que lhe cumpria na marcha da História Universal.

Conquanto o reino de Leão e Castela reconhecido, em 1143, o título de Rei de Portucale e Dom Afonso Henrique, aproveitava cada crise para tentar a sua reconquista. A pretensão ao trono português veio novamente à baila por ocasião da morte, em 1383, do rei D.Fernando. Mas, estava atento D.João, Mestre da Ordem Militar de Avis, que reagiu contra o castelhano, apoiado nos filhos -segundos da nobreza, ansiosos por obterem terras e cargos, na pequena e média burguesias, que se consideravam com direitos líquidos de participação na administração, e nas classes sociais, vitimadas pela crise econômica, derivada, por sua vez, da peste negra e do desequilíbrio da produção. A Revolução de 1383- 1385 se tornou vitoriosa. Mas, o castelhano declarou guerra, cujo glorioso desfecho se verificou na Batalha de Aljubarrota, em 1385, após o que as Côrtes de Lisboa aclamaram o mestre de Avis, como Rei de Portugal, com o nome de D.João I, "o regente e defensor do Reino". A luta prosseguiu até 1387, e a paz foi assinada apenas em 1411. A independência de Portugal se consolidou quando a Inglaterra, em 1386, renovou o tratado comercial de 1308, a mais antiga aliança na Europa, através da qual Portugal recebia a garantia de auxílio contra qualquer agressão externa. Cessaram as ameaças contra a soberania lusitana.

O Infante Dom Henrique se capacitou das carências de Portugal - ouro e trigo. O Ouro haveria de trazer a revalorização da moeda. O trigo asseguraria a alimentação do povo. Em sua opinião, um e outro seriam encontrados em África.

A "vocaçã o atlântica" de Portugal era incentivada por fatores diversos. As investidas sobre o continente negro desviaram a atenção dos senhores feudais, a braços com a queda de produção de suas terras. Os filhos-segundos da nobreza encarariam, com entusiasmo, a aventura africana, porque se lhes abria a oportunidade de feitos de guerra e de aquisição de terras. A burguesia aspirava o desenvolvimento de suas atividades, mediante a conquista e a ampliação de novos mercados comerciais. O "povo miúdo" enxergava no fato a ocasião para emigrar, fugindo da miséria e da fome, e com perspectiva de melhoria das condições de vida e de trabalho. Sobrepondo-se a todos esses fatores, havia o espírito das Cruzadas, a necessidade de combater Maomé, a determinação de implantar a Cruz de Cristo no país dos infiéis.

Ao conquistar Ceuta, o Infante D. Henrique julgou o seu pai, D. João I, o enviado de Deus. Mas, a derrota da expedição contra Tânger, em 1437, arrefeceu os ânimos. A campanha se coroou de êxito a partir dos meados do Século XV, quando Tâ-

ger, alcácer-Ceguer e Arzila caíram em mãos portuguesas, apesar das dificuldades em reunir homens e dinheiro.

O Infante D. Henrique se recolhera, qual novo eremita, ao promontório de Sagres, onde, em meio de alfarrábios e de cartas geográficas, meditava sobre o destino de Portugal. Farejou-lhe a vocação para o mar. Apalpou a idéia sob todos os prismas. Num assomo de coragem, fundou a Escola de Sagres, e convocou o escól da Nação Portuguesa para a arriscada missão de enfrentar o grande e desconhecido Oceano. Não seriam mais as incursões para a pesca, e sim, o desafio aos perigos que a imaginação multiplicava -, monstros horrendos e a formidanda cachoeira em que o Atlântico supostamente se despenhava, nos confins do mundo.

Em duas direções, o avanço marítimo português, - no Atlântico Ocidental, em busca de terras não conhecidas, e ocupação e exploração da costa africana. Nos primeiros tempos, a iniciativa privada supria as deficiências do tesouro régio. No final, porém, do Século XV, a Coroa orientou e superintendeu as iniciativas no mar. Barcos especiais foram contruídos, e a Ordem Militar de Cristo, presidida por D. Henrique, controlou as suas viagens. Daí, a Cruz do Cristo, em vermelho, nas velas das naus. Houve sucessão de compensadoras descobertas: em 1419, a ilha da Madeira. Em 1430, o arquipélago dos Açores. Em 1445, o arquipélago do Cabo Verde. Em 1450, as ilhas de São Tomé e Príncipe. Em 1460, o golfo da Guiné, depois da ultrapassagem do cabo do bojador. Em 1471, a primazia de navegadores portugueses na travessia da linha do Equador. Em 1482, Diogo Cão descobre a foz do rio Congo. Em 1488, Bartolomeu Dias descobre o caminho para as Índias, ao atravessar o cabo da Boa Esperança, no Extremo Sul da África. Em 1498, Vasco da Gama circunavega a África e chega a Calicut, nas Índias.

Oitenta anos de lutas e sacrifícios se consagraram com a descoberta do caminho para as Índias. Das Índias e da China procediam a seda e as especiarias, depois de longa travessia da Pérsia, da Arábia e da Turquia, até Constantinopla. Mas, Constantinopla caíra em poder dos muçulmanos, e o mercado indo-chinês se fechara para a Europa. Daí, a necessidade de encontrar-se outro caminho, não mais terrestre, e aquele país que o descobrisse seria o detentor das riquezas imensuráveis do Extremo Oriente.

O contato com o mundo árabe, durante cinco séculos de domínio, indicara a espanhóis e a portugueses que esse caminho existia. Cumpria descobri-lo. O Infante D. Henrique perscrutava o Atlântico, em suas longas vigílias no promontório de Sagres,

na busca sôfrega de solução para o intrincado enigma. Quando Cristóvão Colombo se apresentou à Côrte portuguesa, com o projeto de viajar para o Ocidente, no Atlântico, a fim de descobrir as Índias, não encontrou acolhida. Diz-se que o ridicularizaram, no intuito de ser escondido o grande segredo guardado pelos portugueses. Preconceitos religiosos dificultaram e retardaram a aprovação do projeto de Colombo, na Côrte espanhola. Ei-lo, porém, triunfante, ao descobrir a América, em 1492.

Lisboa se movimentou. Depois do feito de Bartolomeu Dias, em 1488, mantido em absoluto sigilo, sabia-se que, além do cabo da Boa Esperança, existiam outros mares e outras terras. Por que não as Índias? O rumo seguido por Cristóvão Colombo precisava ser também palmilhado, porque sabia-se da existência de novas terras, naquelas latitudes. Por isso, o empenho de Lisboa em obter bula do Papa Alexandre VI, dividindo, entre lusos e espanhóis, o mundo a ser descoberto, e da qual resultou o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Não houvesse o conhecimento dessas outras terras, Portugal não se preocuparia em garantir o seu domínio e posse sobre elas, uma vez que estava no rumo certo, para descobrir o caminho para as Índias. Vasco da Gama o confirmou em 1498, ao ultrapassar o cabo da Boa Esperança, ou o Cabo das Tormentas, alcançar Moçambique e aportar às Índias.

Pedro Álvares Cabral partiu no comando da frota. Descobriu o Brasil, em 1500. Há quem afirme que os navegadores portugueses por aqui já haviam estado muito antes de 1500. Os que o afirmam louvam-se no mistério do encontro do "bacharel de Cananêia", cuja permanência no Brasil é estimada como de data anterior à vinda de Pedro Álvares Cabral.

Os portugueses iniciam a colonização de Moçambique, em 1508. Conquistam Goa, na Índia, dois anos depois. Apossam-se do estreito de Málaca, em 1511, onde constroem fortaleza destinada a impedir a eventual passagem de navios de outras nacionalidades. A ocupação das ilhas Maldivas, se dá em 1518, e, no ano seguinte, Fernão de Magalhães transpõe o Atlântico ao Sul da América Meridional, entra no Pacífico, e completa a primeira viagem de circunavegação do globo. Morre nas Filipinas, mas alguns dos seus companheiros retornam à Europa. 1543 assinada a chegada dos portugueses ao Japão, onde São Francisco Xavier, em 1549, ergue a primeira missão jesuítica. Começam a colonizar Guiné-Bissau, em 1558, e, em 1575, Angola, fundando Luanda. O ano de 1590 marca a chegada dos portugueses à ilha de Taíuan, hoje ilha de Formosa.

Houve o monopólio lusitano do comércio

de pimenta, cravo, canela, incenso, sândalo, sedas, marfim. Ouro, prata e pedras preciosas constituíam outra apreciável fonte de lucros. Na ida, os navios se abarrotavam de produtos europeus. na volta, traziam as especiarias e o chá. Ingleses e holandeses seguiram o rastro. Aportavam na ilha de Santa Helena, como ponto de escala, ao invés de se encaminharem ao cabo da Boa Esperança, do qual passavam bem ao largo: se os portugueses houvessem fundado ali uma colônia, como o fizeram, depois, os seus competidores, a história do Atlântico Sul teria sido diferente da atual.

O Estado Português da Índia se consolidou graças à ação do vice-rei Afonso de Albuquerque, cuja gestão se prolongou de 1506 a 1515. Tendo Goa como capital, conquistou Ormuz e Málaca. Estimulou a fusão racial dos colonos com os nativos. Em sua opinião, Portugal havia chegado para ficar no Oriente.

Esse prognóstico não prevaleceu, contudo. O jovem El-Rei D. Sebastião quisera renovar a campanha de conquistas do norte da África, visando fortalecer a economia do seu país, e garantir o abastecimento de trigo para o seu povo. Mas, falhou no propósito. Sucumbiu na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578. Surgiram lendas em torno, como a de que, um dia qualquer, El-Rei D. Sebastião ainda haverá de voltar, para glória maior de Portugal.

O desaparecimento do jovem soberano aguçou a crise política. Um tio, velho cardeal, assumiu o poder. Morreu dois anos depois, em 1580. Veio a disputa pelo trono. Entre os candidatos, o mais forte, D. Felipe II, de Espanha, neto, por linha materna, do rei Português D. Manuel, o Venturoso. Os portugueses reagiram, apresentando outro neto do rei D. Manuel, D. Antônio. Prior do Crato. Algumas cidades o reconheceram como soberano. Felipe II invadiu Portugal e venceu a fraca resistência oposta. Em 1581, as Côrtes portuguesas o aclamaram, com o título de Felipe I, de Portugal e II, de Espanha, ocasião em que prometeu monarquia dual, com autonomia para Portugal e abertura das barreiras alfandegárias com a Espanha. Obrigou, todavia, Portugal a juntar-se à Espanha na guerra contra a antiga aliada, a Inglaterra. Foi um desastre.

Felipe II, de Portugal, e Felipe III, de Espanha, assumiu o poder em 1600. Esqueceu os compromissos do antecessor. interferiu nos assuntos internos de Portugal, aumentou os impostos, agravou-se a situação econômica, recrutou tropas para a guerra contra a Inglaterra, a Holanda e a França, iniciou um programa de castelhanização da cultura portuguesa. O descontentamento popular se acentuou, notadamente

quando Portugal começou a perder as suas possessões na África e na Ásia, para aquelas potências. O Brasil foi invadido pelos holandeses, os franceses ocuparam o Maranhão e os flibusteiros ingleses atacavam portos e cidades no litoral.

A aristocracia se rebelou, em 1640. Os conspiradores depuseram os representantes da Coroa de Espanha, e proclamaram rei o duque de Bragança, com o nome de D. João VI. A Espanha entrou em guerra, que durou até 1668. Os portugueses tiveram de reorganizar o seu exército, no que foram ajudados pela Inglaterra e pela França, interessadas no enfraquecimento espanhol. Mas, as dificuldades cresciam à proporção que desmoronava o império luso na África e na Ásia, e com a perda dos seus mercados comerciais. Foi preciso o desenvolvimento de grande e habilidosa ação diplomática, a fim de ser restaurada a independência de Portugal.

O Brasil despertou a atenção maior das autoridades lusitanas. Depois do fracasso das Capitânias hereditárias e da experiência de nomeação de seus governadores gerais, a Metrópole instituiu o Vice-Reinado, manteve o regime das Capitânias sob o seu controle e passou a cuidar do fomento da produção de açúcar. Ao serem descobertas as jazidas de ouro e prata, a euforia contagiou os grandes de Lisboa, outra vez mergulhados no luxo e no desperdício. O pior é que esse luxo e esse desperdício enriqueciam a Inglaterra, a França e os Países Baixos, fornecedores de tudo quanto Portugal queria comprar. Portugal não passou de mero repassador das riquezas brasileiras, - em ouro, prata e diamantes -, para aqueles fornecedores, e foi quem deu condições materiais à Inglaterra para deflagrar a sua revolução industrial.

Estado absolutista, Portugal combateu a Revolução Francesa. Aliado permanente da Inglaterra, voltou-se contra Napoleão Bonaparte. Em consequência, tropas napoleônicas, sob o comando do general Junot, invadiram Portugal, e a família real teve de fugir para o Brasil. A rainha, D. Maria I, o príncipe-Regente D. João e mais oito mil pessoas ocuparam os navios que, sob a guarda da marinha britânica, os trouxeram para aquém-mar.

O Brasil se beneficiou com a sua mudança para Reino. D. João VI decretou a abertura dos portos brasileiros, para o comércio com o mundo inteiro. Fundou a Biblioteca Nacional e a Imprensa Nacional. Reaparelhou a esquadra e o Exército. Impulsionou a economia.

A desmedida ambição de D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI, provocou crises desnecessárias, e perfeitamente evitáveis. Como descendente da família real espanhola, julgava-se com direito so-

berano sobre o Uruguai. Tramou, e gastou à rodo, com aquele objetivo. Tanto fez que nos levou à guerra, a fim de incorporarmos ao Brasil o Uruguai como Província Cisplatina, da qual, pouco depois, teríamos de abrir mão, em tratado com a Confederação de Buenos Aires, temerosa de ter diante de si, no estuário do rio da Prata, o poderio militar brasileiro.

Despertados para o gigantismo do País e para suas imensas potencialidades econômicas, os brasileiros suspiravam pela independência. Percebeu-o D. João VI, que, ao retorno para Portugal, advertiu o príncipe D. Pedro, que aqui ficava. As Côrtes Portuguesas tentaram retirar do Brasil o "status" de que desfrutava, através de medidas coercitivas. A tensão cresceu. Chegou-se a uma situação político-administrativa insustentável. D. Pedro proclamou a Independência do Brasil, às margens do Ipiranga, proximidades de São Paulo. Acha-mado Imperador, com o nome de D. Pedro I, governou-nos durante pouco mais de um decênio.

Em razão de sua primogenitura, cabia a D. Pedro o trono português. O seu irmão, D. Miguel, contestou-o, entretanto, por ocasião da morte de D. João VI. D. Pedro seguiu para Portugal a fim de lutar por seus direitos, e a guerra civil foi inevitável. Ganhou-as D. Pedro, que outorgou a Portugal uma Carta Constitucional, de tendência liberal. Abdicou em favor de sua filha, que casou com o irmão D. Miguel. A luta fratricida não se interrompe. Portugal se arruinara com a independência do Brasil. A recuperação econômica iria acontecer no último quarto do século XIX, graças aos caminhos de ferro, ao telégrafo, ao cabo submarino, à abolição da escravatura, à remodelação do ensino primário e secundário, criação de escolas industriais, ao fomento à agricultura, à instalação de indústrias, etc, etc.

Escândalos e dificuldades financeiras abalaram a monarquia. As idéias republicanas encontravam o respaldo de intelectuais, políticos e empresários. Repercutiu contra o trono o processo movido contra o poeta Guerra Junqueiro, que, no tribunal, para ridicularizar, comparou o cetro real ao pau que prende o rolo de fumo. O rei D. Carlos foi assassinado em 1908, e, a 5 de outubro de 1910, os militares derrubaram a monarquia, e implantaram a República.

Os próximos seis anos foram de agitação estéril, de radicalização nos partidos, de aumento de dificuldades econômico-financeiras. Portugal entrou na I Guerra Mundial, contra a Alemanha, cujas forças militares se abeiravam das colônias lusas de Angola e Moçambique, também cobiçadas por outras potências. Lutou na França e na África. Mas, em plena guerra, a discórdia

não se amenizou. A crise cresceu em virulência no pós-guerra, agravada por incontrolável espiral inflacionária. Em maio de 1926, o general Gomes da Costa deu um golpe. Permaneceu no poder apenas um mês, porque derrubado pelo General Carmona, que também dissolveu o Parlamento, e passou a dispor de poderes ditatoriais. O general Carmona se candidatou, em 1928, à Presidência da República, e convidou o professor Antônio de Oliveira Salazar para ministro das Finanças.

Oliveira Salazar se tornou chefe de governo do partido único, a União Nacional. Em 1932, tornou-se chefe de governo e proclamou, em 1933, o Estado Novo, com uma República Unitária Corporativa. Impôs a censura à imprensa, reduziu a liberdade de reunião, aboliu a greve e criou a PIDE, polícia política de execrável memória. Manteve a neutralidade portuguesa durante a segunda guerra, em 1949, realizou um arremedo de eleições, quando reconduziu o general Carmona à presidência da República, enquanto ele continuava na chefia do governo. Em 1958, elegeu-se o almirante Américo Tomás, e o seu opositor, o general Humberto Delgado, foi assassinado misteriosamente na fronteira de Portugal. Américo Tomás se apresentou em outras ocasiões, como candidato único. Oliveira Salazar permaneceu na chefia do governo até 1968, retirando-se por doença, e vindo a morrer em 1970. O sucessor de Salazar fora Marcelo Caetano que, apesar das promessas, manteve a linha autoritária do antecessor.

A União Indiana se apossou, em 1961, do enclave português de Goa, Diu e Damão. Angola se declarou, no mesmo ano, em guerra de libertação. Em 1963, imitaram-no Moçambique e Guiné, finalmente independentes depois de treze anos de luta sangrenta. Portugal possui, hoje em dia, apenas os arquipélagos da Madeira e dos Açores, como territórios extra-continentais. A superfície de Portugal é de 89.000 quilômetros quadrados. Com os arquipélagos da Madeira e dos Açores, vai a 92.131 quilômetros quadrados, com população total de 9.803.400 habitantes.

Os movimentos operários e estudantis aceleraram a reação ao totalitarismo. Políticos se encorajaram. Os intelectuais deixaram de temer o PIDE. O Movimento das Forças Armadas, dirigido pela oficialidade jovem, tentou derrubar o regime, num golpe desfechado a 16 de março de 1974. O golpe falhou, por causa da delação. Um mês depois, ou melhor, a 25 de abril, o Movimento das Forças Armadas, agora com o apoio de oficiais-generais, deflagrou outro movimento revolucionário, liderado pelo general Spíndola. A "revolução dos cravos" mobilizou as massas populares. Caiu o regime autoritário, implantou-se o Estado

democrático, com pluripartidarismo e com a restauração das liberdades e dos direitos humanos. A Constituinte, eleita em 1975, elaborou nova Constituição, promulgada pelo presidente da República, a 02 de abril de 1976. Eleito este ano, é presidente da República o socialista Mário Soares, e primeiro-ministro, no regime parlamentarista, Aníbal Cavaco Silva, do Partido Social Democrata.

A economia lusitana acelerou o processo de seu desenvolvimento depois que houve a nacionalização de indústrias de base, como o refino de petróleo, cimento, celulose, petroquímica e siderurgia. A nacionalização abrangeu ainda os setores de bebidas e tabaco, bem como a indústria naval. A produção energética, hidráulica e térmica, ultrapassa de 14 milhões de kwa. Estimula a industrialização do pescado, laticínios e produtos agropecuários. O Instituto das Participações do Estado, criado em 1975, "superintende e coordena a gestão, fiscalização das empresas privadas, em cujo capital o Estado participa". A tendência é a privatização progressiva, com controle estatal de setores onde a iniciativa particular ainda não está em condições de se fazer presente. É o preenchimento dos espaços vazios, e é o cuidado para que não haja o atrofiamento da economia em geral. Vemos que, na indústria extrativa, o minério de ferro alcançou, em 1980, cerca de 54 milhões e 809 mil escudos, ao passo que os minérios não ferrosos atingiram a 2 bilhões, 415 milhões e 576 mil escudos. Estão crescendo visivelmente as indústrias de transformação, como as de alimentação, têxteis, vestuário, calçados, papel, metalurgia, matérias plásticas, máquinas eletrodomésticos, máquinas não elétricas, mobiliário e outras. São artigos de exportação também a madeira, a carne bovina, as frutas frescas, o vinho, o azeite de oliva, a azeitona, o bacalhau, alcôois, metais, cortiça, tabacos, materiais elétricos, máquinas e equipamentos.

O recente ingresso de Portugal no Mercado Econômico Europeu lhe propicia a expansão de suas atividades agrícolas e industriais, e poderá servir, como portão de entrada, para os produtos brasileiros que não lhe sejam competitivos.

Como uma das românicas, a língua portuguesa se abeberou no latim, desde quando Portugal fora província do império romano. Mas, sofreu o empréstimo de muitas palavras do vocabulário de outros povos invasores, com predominância do árabe.

A sua literatura se revela riquíssima. Encontramos a "cantiga de amigo", de 1189, e o "auto das partilhas", de 1192. A poesia se manifestou primeiramente, e a prosa ganhou fluência e maleabilidade apenas no Século XV. O rei D. Dinis foi cultor de

"cantigas de amigo", e trovadores satíricos produziram também as "cantigas de escárnio e mal-dizer". Garcia Rezende reuniu a poesia lírica da época no Cancioneiro Geral, editado em 1516. Fernão Lopes, considerado o maior prosador medieval português, escreveu, como cronista-mor do Reino, a vida e os feitos dalguns reis, dentre os quais "A Crônica de D. João I, as crônicas de D. Pedro I e de D. Fernando. O rei D. Duarte compôs o Livro da Enseñança de bem cavalgar toda a sela e Leal Conselheiro, ao passo que o príncipe D. Pedro produziu o Tratado da Virtuosa Benfeitoria. No Renascimento, os autores, fora da hierarquia da Igreja, deram origem ao classicismo, em linguagem distanciada do povo. Autor bilingue, em português e castelhano, Gil Vicente retratou, no teatro, as figuras mais contravertidas da sociedade contemporânea, - o Auto da Barca do inferno, o Alto da Alma, Auto da Índia, o Juiz da Beira, Quem tem farelos? Antonio Ferreira também escreveu teatro e poesia, inclusive tragédia "Castro", de fundo histórico. Sá Miranda produziu a primeira comédia portuguesa, em prosa, "Estrangeiros". Bernardim Ribeiro compôs a novela de cavalaria "Menina e Moça". No século XVI, João de Barros produziu "Décadas da Ásia", em que narrou as conquistas lusas, história e a geografia das regiões retratadas. Damião de Gões se destacou pela Crônica do Príncipe D. João e Crônica de D. Manuel. Pero Vaz de Caminha se celebrou pela carta El-Rei sobre o achamento do Brasil. Fernão Mendes Pinto, na História Trágico-Marítima, relata os naufrágios e outras aventuras em viagem ao Extremo Oriente.

Ninguém, no início do século XVII, se ombreou com Garcia de Orta (Colóquio dos Simples e Drogas, Duarte Pacheco Pereira (Esmeraldo de Situ Orbis) e D. João Castro (Roteiros). A poesia, na metade do século, encontrou Rodrigues Lobo, de estilo camoneano em A Côrte na Aldeia, e a historiografia ganhou Frei Luiz de Souza, com a Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires e outras obras. Foi ele quem inspirou Almeida Garret a compor, no Século XIX, a mais bela peça do teatro português, Frei Luiz de Souza.

Temos D. Francisco Manuel de Melo, com o Auto do Fidalgo Aprendiz e os Apólogos Dialogais, e o padre Antônio Vieira, com os Sertões e Cartas. No Século XVIII, tido como a das luzes, encontramos Barbosa du Bocage e Nicolau Tolentino. No teatro, Antônio José da Silva, com D. Quixote, uma sátira, e Guerras do Alecrim e Mangerona. O Brasil se influenciou. A Arcádia Ultramarina teve o seu principal cultor em Tomás Antônio Gonzaga, com "Marília de Dir-

ceu". O romantismo viveu o Século XIX, com Almeida Garret (Viagens na Minha Terra, Frei Luiz de Souza, Folhas Caídas, Camões e D. Branca) e Alexandre Herculano, com a História de Portugal, Opúsculos, Eurico, o Presbítero, o Monge de Cister e O Bobo. Antônio Feliciano de Castilho se esmerou no cultivo da língua portuguesa. Camilo Castelo Branco produziu muitos romances, como Amor de Perdição, Queda de um Anjo e Eusébio Macário. Júlio Diniz criou Uma Família Inglesa, Os Fidalgos da Casa Mourisca e As Pupilas do Senhor Reitor.

Expoente da "geração de 1870", o poeta Antero de Quental polemizou com Feliciano de Castilho em Questão do bom senso e do bom gosto, e foi a voz da revolução em Odes Modernas e Sonetos. Pertenciam ao grupo Eça de Queiroz (O Crime do Padre Amaro, Os Maias, A Relíquia, Prosas Bárbaras, A Ilustre Casa de Ramires, etc). O poeta Guerra Junqueiro (A Velhice do Padre Eterno, Pátria, Os Simples, Orações), o historiador Oliveira Martins (Os Filhos de D. João I, História de Portugal, Portugal Contemporâneo) e Fialho de Almeida (Contos e Os Gatos).

Na poesia, Cesário Verde, com o Livro de Cesário Verde, Eugênio de Castro, com Oaritos, Antônio Nobre, autor de Só, Camilo Pechanha, com Clepsidra, João de Deus, com Flores do Campo.

No teatro, D. João da Câmara, com o drama Alcácer-Quibir, Júlio Dantas, com A Ceia dos Cardeais e O Reposteiro Verde, e Jaime Cortesão, com o drama Egas Moniz, e com obras históricas de grande fôlego. Vários movimentos literários deram destaque a escritores e poetas como Ordeu, com Fernando Pessoa, Renascença Portuguesa, com Teixeira de Pascoais e Leonardo Coimbra, Raul Brandão, com Humus e Pobres, este, precursor do existencialismo.

O futurista Almada Negreiros lançou o romance Judith ou Nome de Guerra, A Engomadeira, A Invenção do Dia Claro.

O modernismo teve em Fernando Pessoa um dos baluartes com A Ode Marítima e A Tabacaria. O poeta José Reggio produziu Poemas de Deus e do Diabo e Encruzilhadas de Deus e, no teatro, Jacob e O Anjo, e Benilde ou A Virgem Mãe, A Velha Casa, em cinco volumes, e História de Mulheres. Afonso Duarte se revelou com Ossadas e Obra Poética, enquanto Antônio Boto lançava Canções, Pedro Homem de Melo lançava O Rapaz da Camisola Verde e Povo que Lavas no Rio. Antônio Navarro publicava Poemas do Mar, Gaspar Simões produzia novelas, como Eloy e Amigos Sinceros, e Branquinho Fonseca se esmerava com a novela O Barão, o romance Mar Santo e os contos Bandeira Preta.

O movimento A Presença contou com Aquilino Ribeiro, com a obra regionalista

O Malhadinhas, Terra do Demo e A Casa Grande de Romarigães, e contou com Ferreira de Castro, português enfeitado pela Amazônia, em A Selva, Terra Fria, Emigrantes, Instinto Supremo. Vitorino Nemésio pontifica na poesia com Eu Comovido a Oeste e Limite de Idade, e no romance Mau Tempo no Canal. Tomás de Figueiredo brilha nos romances A Toca do Lobo, A Gata Borralheira e Tiros de Espingarda.

Poeta e contista, Miguel Torga já publicou A Criação do Mundo, Bichos, Novos Contos da Montanha. João de Araújo Correia é autor de Contos Bárbaros e Contos Durienses. Domingos Monteiro, de Contos do Dia e da Noite e do romance O Primeiro Crime de Simão Bolandas. J. Paço d'Arcos, de Ana Paula e Corça Prisoneira; Francisco Costa, de A Garça e A Serpente e Promontório Singular. Irene Lisboa se consagrou à literatura infantil e Florbela Espanca, à afirmação criativa da mulher, em Livro das Mágoas e Charneca em Flor.

Algumas revistas, do movimento neo-realista, deram a conhecer Fernando Namora, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca, João José Cochofel, Virgílio Ferreira, Mário Braga, Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Romeu Correia, Sidônio Muralha, Mário Dionísio, José Gomes Ferreira, Jorge de Sena, Sophia de Melo Breyner, Eugênio de Andrade, Ruy Cinatti, Antônio Quadros, Afonso Botelho, David Mourão Ferreira, Antônio Manuel Couto Vianna, Fernanda Botelho, Mário Cesariny de Vasconcellos, Natália Correia, José Cardoso Pires, Augusto Belalra, Alberto Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Herberto Helder, Álvaro Guerra, Almeida Faria, Agustina Bessa Luis, Maria Judite de Carvalho, Maria da Graça Freire, Graça Pina de Moraes, Isabel da Nóbrega, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta, Isabel Barreno, Sebastião da Gama, Antônio Ramos Rosa, Ruy Belo, Egito Gonçalves, Antônio Maria Lisboa, Antônio Gedeão, Fíama Pais Brandão, Vasco Graça Moura.

No teatro moderno, Mendonça Alves, Luiz Francisco Rebelo, Bernardo Santareno, Luiz de Sttau Monteiro, Jorge de Sena, Miguel Franco, Luzia Maria Martins e Augusto Sobral.

Da arquitetura castrense dos romanos, passou-se à visigótica e Moçárabe. Tivemos, depois, em Portugal, a arquitetura românica, os estilos gótico e manuelino, o período da Renascença. O barroco antecedeu o romântico, e o neoclássico abriu espaço para a arte nova e a arte moderna.

A escultura moderna encontrou mestres em Teixeira Lopes e Simões de Almeida, em Francisco Franco, o maior de todos, Diogo de Macedo, Leopoldo de Almeida, Cottinelli Telmo, Barata Feio e Canto da Maya. E mais: Martins Correia, Antônio Duarte, Joaquim Correia, Lagoa Henrique, Jorge

Vieira e João Cutileiro.

Destaca-se a pintura com Silva Porto, Henrique Pousão, Carlos Reis, Alves Cardoso, Falcão Trigoso, Columbano Bordalo Pinheiro, Almada Negreiros, Manuel Bentes, Francisco Smith, Eduardo Viana, Emmérico Nunes, Leal da Câmara, Armando de Basto, Jorge Barradas, Guilherme Santa Rita, Amadeu de Sousa Cardoso, Anel Manta, Carlos Botelho, Sara Afonso, Dominguez Alvarez, Helena Vieira da Silva, Antônio da Costa, Antônio Pedro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Cruzeiro Seixas, Fernando de Azevedo, Fernando Lanhas, Nadir Afonso, Eurico Gonçalves e tantos outros, de tantos movimentos e de tantas escolas. Provam que a cultura portuguesa é dinâmica e criadora, demonstração de genialidade do seu povo.

Comemoram-se hoje, O Dia Nacional de Portugal, O Dia das Comunidades Portuguesas e O Dia de Camões.

O Brasil reverencia a Pátria-Mãe, e lhe transmite o calor do seu afeto. Se este País- Continente pôde manter a sua unidade territorial, deveu-o, sobretudo, à energia e à capacidade dos administradores portugueses, e ao uso oficial e generalizado da língua portuguesa. A língua uniu migrantes e nativos de norte a sul, num mesmo pensamento, num mesmo sentimento. As fronteiras se alargaram, o invasor estrangeiro foi repellido. Sob o signo da Cruz, construiu-se, aqui, uma Nação.

Aprendemos com o luso o amor ao solo, a vigilância da soberania nacional, o devotamento ao trabalho e a compreensão entre os homens de boa vontade.

As comunidades portuguesas se disseminaram pelo mundo. Nas antigas colônias em África e Ásia. Nos Estados Unidos da América do Norte. Na Venezuela e na América Central. Mas, no Brasil, para júbilo nosso, elas são numerosas e ativas, como no Recife, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo. São alavancas do nosso progresso econômico e cultural. Vêmo-las sem distinção de nacionalidade. Vêmo-las como irmãs de sangue, a pulsarmos juntos, como se tivéssemos apenas um coração.

Portugal vive, como nós, uma fase de transição, em sua História. Acaba de sair de uma ditadura de 36 anos, como nós o fizemos, depois de outra, não menos rigorosa, de 22 anos consecutivos. Estamos, uns e outros, modelando o regime democrático, e gozando dos primeiros gozos da liberdade. O amor à Humanidade, nos inspira e nos conduz.

Luís de Camões exaltou, com alma e sangue, a epopéia da descoberta das Índias. Sentiu-a como poeta, como soldado e, notadamente, como português ardoroso. Talvez por ter adivinhado que, depois de Homero e de Virgílio, somente Camões poderia enaltecer a sua Pátria e os deuses onipoten-

tentes, é que o rei Netuno não o deixou perecer em naufrágio, no Oceano Índico. Os Lusíadas, se ombreiam, sem favor, com a Ilíada e com a Eneida. Fulguram, como o sol de primeira grandeza, na constelação da genialidade humana.

"Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo,
O esplendor de Portugal."

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Nós queremos agradecer a presença honrosa da Excelentíssima Chanceler Eiolly Masquio Monteiro da Silva Beduschi, que a Senhora transmitisse o apreço e o reconhecimento desta Casa e dos Srs. Deputados, ao Excelentíssimo Sr. Antônio Correia Cardoso, Cônsul de Portugal, congratulações estas, Senhora Chanceler, extensivas ao povo irmão, nesta data em que se comemora o Dia Nacional de Portugal.

A Mesa consulta a Liberação do PMDB, se deseja fazer uso do restante do seu horário. Declina.

Consultamos a Liderança do PDS.

Ausente, consultamos a Liderança do PFL.

Declinando, consultamos a Liderança do PDT.

Declinando, consultamos a Liderança do PTB.

Declinando, consultamos a Liderança do PCB.

Ausente, consultamos a Liderança do PL. (Ausente)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 124/86. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação, acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 124/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe o valor resultante da aplicação do percentual previsto na Lei n. 8.217, de 31 de dezembro de 1985, será

destinado a programas gerais de assistência ao menor, conforme especifica. Sem Pareceres em Regime de Urgência. - Aprovado.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) Nós estamos notando que na Ordem do Dia, quase todos os projetos estão sem os pareceres das Comissões.

Eu pediria Verificação de Votação e ao mesmo tempo, que devolvesse às Comissões competentes, para darem os seus devidos pareceres nos projetos que estão em Primeira Discussão.

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal e os projetos em Primeira Discussão, sem pareceres, são em função de estarem em Regime de Urgência, e eu solicito que sejam mantidos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) - A Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, gostaria de registrar aqui, que é lamentável que, quando um novo complexo da Assembléia Legislativa do Estado não tenha ainda instaladas as suas campanhas, se faça chamada nominal, ficando os Srs. Deputados que estão nos gabinetes sem informação sobre a chamada nominal.

Pediria a compreensão do Deputado Mário Pereira e do nosso Deputado Fuad Nacli, para que compreendessem a situação e retirassem o pedido de verificação de votação e chamada nominal.

Solicitaria também à Mesa, que providenciasse a campanha, para que os Srs. Deputados não sofram prejuízo na ausência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Esta Presidência aceita e acata a questão de ordem, mas as sessões estão programadas para as 10:00 horas da manhã. E, enquanto não se estabelece esse sistema de comunicação nos gabinetes dos Srs. Deputados, o que nós podemos apelar é que o horário das sessões é às 10:00 horas, mas a Mesa está providenciando as campanhas nos referidos gabinetes, já com atraso.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) Eu quero agradecer a esta Presidência pela nobre atitude que tomou, porque o horário das sessões é às 10:00 horas. Não é no Gabinete dos Srs. Deputados, é aqui no plenário da Casa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu entendo que a função do Parlamentar é

o seu compromisso também, no Gabinete e no Plenário, eu acho que se um Deputado está no seu gabinete ele está cumprindo a sua função de Parlamentar, atendendo os seus Prefeitos, Presidentes de Câmara e Vereadores e enfim, o povo que o elegeu em 1982.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, muitas vezes nós claudicamos, mas o nosso lugar é aqui no plenário.

O Deputado Dirceu Manfrinato está ligeiramente contundido. Não é no gabinete fomos eleitos para vir aqui defende as causas do povo paranaense.

Então, não é, a não ser aqui, Sr. Presidente, ou nas Comissões, que nós defenderemos as nossas causas paranistas. Agora, o Deputado eclético não podia querer que nós fôssemos aos gabinetes, Sr. Presidente, defender uma causa que tem que ser aqui. E queria que meu irmão, Deputado Dirceu Manfrinato, recordasse que a nossa obrigação é dentro deste Plenário, dentro desta Assembléia, onde procuramos defender os dignos direitos do povo, porque nos gabinetes atendemos os Prefeitos; é uma obrigação complementar. A nossa obrigação, Sr. Presidente, e não justifica, ao estarmos atendendo a vereadores e prefeitos porque é a nossa obrigação, mas para isso temos em nossos gabinetes, que são pagos regimento.

Agora, o Deputado há de vir aqui, com a devida vênica, Deputado Dirceu Manfrinato, para atender os reclamos da legislação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria de comunicar à Mesa, que se não fosse a minha intervenção de que um funcionário ligasse ao Gabinete do Deputado Gabriel Manoel, o mesmo não estaria presente neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Coitado, não tem resposta.

Dizia Camões: Dai-lhe litígio e conso-lo aos que padecem. Porque o homem é tão ignorante que não tem resposta.

Com a devida vênica, para quem não tem resposta, Sr. Presidente, nós temos quatro anos de grupo e não nos expomos ao ridículo como se expôs agora o Deputado Dirceu Manfrinato. Gabinete nosso é um problema nosso. Se há algo errado, há algo errado na Assembléia Legislativa do Paraná e do Brasil.

Coitado do Deputado Manfrinato. Errar é humano e perdoar é divino. Deus, tenha piedade dos ignorantes que não sabem o que

dizem.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Ao falar em ignorante, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Gabriel Manoel. Mas, só que ontem, a televisão registrou este Plenário, todos os Deputados que se encontravam presentes. E eu tive a oportunidade de estar presente. Agora, o Deputado "fantasma" Gabriel Manoel, não estava presente no Plenário.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Sr. Deputado Presidente, a ignorância é tão grande, sou Deputado de cinco mandatos, se aqui não estive ontem foi por forças óbvias.

Sr. Deputado, é tão grande a ignorância do Deputado Dirceu Manfrinato. Verifique, Sr. Presidente, na Casa, para saber se eu estivesse presente. Errar é humano. E a ignorância deste Deputado é tão grande que não tenho mais o que dizer.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Sr. Deputado Gabriel Manoel, não é em função de uma campanha, que se vai faltar com o decoro parlamentar nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL - Não estou faltando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Mesa vai providenciar a tal campanha, para que todos estejam aqui às dez horas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, não quero entrar no mérito das "trocas de gentilezas" entre o nobre Deputado Gabriel Manoel e o não menos nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

Mas é preciso que se corrija uma injustiça cometida pelo nobre Deputado Dirceu Manfrinato, contra o nosso companheiro de partido, Deputado Gabriel Manoel, que esteve presente na sessão de ontem. Eu testemunho isso, porque não vai duvidar agora o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, da minha assiduidade na Casa.

Mas, a injustiça maior é quando se chama de "fantasma" o Deputado Gabriel Manoel, um homem que durante cinco lustros, quase cinco, nesta Casa, emprestando a sua valiosa colaboração na solução dos problemas paranaenses, um Deputado que honra esse Legislativo pela sua combatividade, pela sua assiduidade, pela luta que ele sempre encetou aqui ao lado principalmente dos seus compnaheiros do Norte Pioneiro, de uma região sofrida, de região difícil, mas que teve sempre neste e em outros Deputados representantes daquela região, lídimo defensor das causas populares. É preciso que se corrija uma injustiça que se

faz ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

Era isso que eu queria que ficasse registrado na Ata, Sr. Presidente.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Sr. Presidente, as notas taquigráficas e as anotações da Assembléia, não mentem jamais. Ou nós somos mentirosos, ou é mentiroso meu irmão, o Deputado Dirceu Manfrinato.

Encantado, Sr. Presidente.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Eu tinha pedido a palavra, Pela Ordem, mas já não se justifica, porque o nobre Deputado da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, fez as devidas anotações com referência ao Deputado Gabriel Manoel, que eu acompanho desde a primeira legislatura.

Acho que o Deputado Dirceu Manfrinato está um pouco equivocado, porque ontem eu não estava presente e constou cinquenta e oito Srs. Deputados presentes nesta Casa. Eu pedi que tirasse o meu nome, porque estava em Umuarama.

Então, alguém está errado: ou é a Executiva, dando cinquenta e oito Deputados presentes e que na realidade não tinha nem a metade.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Mesa já acatou a sua palavra na vez anterior, e a Mesa Executiva se penitencia, entendemos ser inconcebível que não esteja instalado o sistema de campanhas. Um anexo que tem um elevador panorâmico, é inconcebível que não tenha campanha.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) A Mesa concede, com tolerância, mais uma vez a Questão de Ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, agradeço a tolerância de Vossa Excelência, e peço que corrija o erro do meu irmão Deputado Dirceu Manfrinato, porque errar é humano e perdoar é divino. E Vossa Excelência diga a ele que nós estivemos aqui.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz) Depois, em Explicações Pessoais, existe o horário para que os Deputados possam tirar essas dúvidas.

(É procedida a chamada nominal)

Vinte e sete Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para fazer uma solicitação à Executiva deste Po-

der, para que providenciasse junto aos Departamentos competentes, os projetos que estão engavetados, alguns retirados das Sessões Plenárias por algumas sessões e até hoje não retornaram à apreciação dos Deputados deste Poder.

Mencionaria especificamente o caso da avaliação da Assessoria Cultural da Assembleia Legislativa do Paraná, que foi retirado por dez sessões, e há mais de cinquenta sessões não retornou a este Plenário.

E outros projetos devem haver, eu mesmo tenho mais projetos, que não pretendo mencionar, mas pretendo solicitar da Presidência e da Executiva deste Poder, que cumpramos o Regimento Interno na apreciação destes projetos.

Somente esta Plenária poderá rejeitar ou aprovar os projetos apresentados. Nunca poderiam e nem devem ficar engavetados..

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Luiz): A Mesa acata a Palavra de Ordem e vai transmitir esta preocupação extremamente válida de Vossa Excelência ao Presidente efetivo da Casa e ao Primeiro Secretário.

Passaremos o restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO do do Projeto de Resolução n. 15/86 (Mensagem n. 04/86, ex-Proposição n. 25/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos de revigoramento, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas que especifica. - Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 16/86 Mensagem n. 05/86, ex-Proposição n. 26/86., oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. - Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que acrescenta o item VIII do Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Pasrtidores, Distribuidores Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n. 6194, de 09/09/70. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com Substitutivo Geral e em Regime de urgência. - Encerrada a discussão. Public. no D.A. n. 20/86, de 02/04/86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 50/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, o presente plano de lei objetiva acrescentar o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI, constante do Anexo da Lei n. 6149, de 09/09/70.

De acordo com a justificativa apresentada, o presente plano de lei tem por finalidade sanar lacuna no Regimento de Custas, estabelecido pela Legislação Estadual, que introduziu diversas alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

A matéria não encontra óbice legal ou constitucional, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral, que anexo apresentamos, que melhor se coaduna com a técnica legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 50/86
SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.^o - A Tabela XVI - do anexo constante d Lei n. 6149, de 09 de setembro de 1970, "Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos", fica acrescida no Sub-Título "Dos Depositários Públicos", item VIII, com a seguinte redação:

TABELA XVI
ATOS DOS CONTADORES, PARTIDORES,
DISTRIBUIDORES E DEPOSITÁRIOS PÚBLICOS

.....

.....

Dos Depositários Públicos

I -

II -

VIII - Distribuição de papéis sujeitos ao Registro de Títulos e Documentos e ao Registro de Pessoas Jurídicas:

..... 0.055 VRC"

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 57/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel, os lotes de terrenos ns. 01 a 22, da quadra 6 e 1 a 12 da quadra 157-A, do Loteamento Curitiba, da sede do referi-

do município. Sem Pareceres em Regime de Urgência. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 40/86, de 08/05/86, Mensagem)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 111/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece normas para o registro de Oficinas Mecânicas de Desmanche de Veículos, e dá outras providências. Sem Pareceres. - Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 47/86, de 20/05/86.)

O SR. PRESIDENTE - (Fiori Lui) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Valente Adaad, ocorrido no dia 10 de junho de 1986. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Maltauro, ocorrido no dia 05 de junho do corrente ano, nesta Capital. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Viana Pereira, ocorrido no dia 04 de junho do corrente ano, no Município de Quinta do Sol. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Honório Gonzatti, ocorrido no dia 06 de junho do corrente ano, no Município de Capanema. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Euzébio Corrêa de Mello, ocorrido no Município de São Jerônimo da Serra. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço semi-artesiano, na sede do Distrito de Poema, Município de Pitanga. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos artigos "O Luto dos Colibris" e "Carajás da Soja", publicados no Jornal "O Paraná". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "A Voz de Rolândia", do Município de Rolândia. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando votos de aplausos à UPE, pela posse da nova diretoria. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente e lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Agricultura e Planejamento, Governador do Estado e Secretários da Agricultura e Planejamento, enviando cópia do pronunciamento "Apoio à Agropecuária". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Educação, manifestando apoio à indicação do Prof. Felipe Tiago Gomes, para o Conselho Federal de Educação. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo liberação de materiais escolares aos educandários da rede estadual, no Município de Peabiru. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo maior apoio ao setor, existente no Município de Roncador. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos para a construção de uma quadra esportiva para a Escola Estadual Professor Léo Kohler, Ensino de Primeiro Grau, do Município de Terra Boa. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação do setor rodoviário na região de Vila Yolanda, Município de Ubatuba. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de 150 carteira para a Escola estadual João Pessoa, Ensino de Primeiro

Grau, Município de Araruna. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio das Antas, no Município de Barbosa Ferraz. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente da EMBRATUR, protestando contra a entrega de contas publicitárias do Governo Federal às agências multinacionais. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 15.º aniversário do jornal "Tribuna da Cidade". - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica, ligando os Municípios de Mamborê - Nova Cantu - Altamira do Paraná. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, viabilizando as reais possibilidades de implantação de uma agência do INAMPS, no Município de Moreira Salles. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 52.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Sertãoópolis. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo para que as atuais integrantes das carreiras policiais (feminina), quaisquer que sejam, passem a integrar, para efeito de promoção, a carreira masculina, cujo número de vagas é superior e possibilita uma progressão mais rápida do que atualmente ocorre. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Segurança Pública e Administração, encarecendo a elevação dos índices percentuais dos Policiais Civis, notadamente os Escrivães de Polícia. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação como Secretário do Conselho da Polícia Civil, de um Escrivão da Polícia. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo índices de igualdade na gratificação de representação da Instituição Policial Civil. - Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Estélio Felfmann, pelo lançamento do livro "Constituinte e Municipalismo". - Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução ns. 15 e 16/86.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 50, 100 e 111/86.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 124/86.

Antes, porém, alerta aos Senhores Deputados quanto ao horário das sessões, as quais vêm se realizando no período matutino, às 10:00 horas.

Levanta-se a Sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 108/86

I - exonerar, a pedido, ROSEMARI MACIEL PASSOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Wilson Fortes.

II - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES TONI FORTES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria.

III - prover, ROSEMARI MACIEL PASSOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, ficando exonerado, a pedido, ANTÔNIO CECCON.

Palácio XIX de Dezembro, em 02/04/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 162/86

aposentar, a pedido, nos termos dos Arts. 138, item II e § 1º, 140, III, 170, e parágrafo único, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, GLACI BELICH, matrícula n. 154, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia DAS-4, acrescidos de quatro (04) quinquênios incorporados, cinco (05) triênios incorporados, conforme disposto no Art. 4º, § 1º, da Resolução n. 02/64, e cem por cento (100%) de gratificação do respectivo vencimento, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 2283).

Palácio XIX de Dezembro, em 27/05/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 177/86

I - exonerar, a pedido, IRANI CARINI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa.

II - prover, CENIRA DOS SANTOS FREITAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenadora de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa.

DECRETO LEGISLATIVO N. 178/86

I - a partir da presente data, os funcionários contratados pelo Regime da Consolidação do Trabalho, deste Poder Legislativo, somente poderão ter seus Contratos de Trabalhos alterados, após o interstício de doze (12) meses, em cada carreira.

II - Fica fixado ainda, novos valores para as seguintes carreiras:

- a. Auxiliar de Administração B
Cz\$ 1.532,73
- b. Auxiliar de Administração A
Cz\$ 2.100,00
- c. Atendente de Administração B
Cz\$ 2.300,00
- d. Atendente de Administração A
Cz\$ 2.564,67
- e. Auxiliar Administrativo B
Cz\$ 2.700,00
- f. Auxiliar Administrativo A
Cz\$ 2.959,24

III - O salário para a carreira de Serven-

te, fica fixado em Cz\$ 1.060,00 (hum mil e sessenta cruzados), para uma jornada de trabalho de oito (08) horas diárias.

IV - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO N. 179/86

prover, AGAR LEILA DE MENDONÇA MAGALHÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta, da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa.

Palácio XIX de Dezembro, em 28/05/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 180/86

I - exonerar, a pedido, ROZILENE MARIA COLATUSSO GUAREZI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Péricles Pacheco.

II - prover, MARIA JANDIRA COTRIN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Péricles Pacheco.

(Protoc. n. 4199).

DECRETO LEGISLATIVO N. 181/86

I - exonerar, a pedido, RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Diretoria de Pessoal.

II - prover, HERCULANO CORDEIRO, para prestar o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de pessoal, da Diretoria de Pessoal.

DECRETO LEGISLATIVO N. 182/86

prover, VALMIR CANCIAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Parlamentar, da Liderança do Partido Comunista Brasileiro - PCB.

(Protoc. n. 4055).

DECRETO LEGISLATIVO N. 183/86

prover, JOSÉ ARY VALÉRIO, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Liderança do PMDB.

(Protoc. n. 3956).

Palácio XIX de Dezembro, em 30/05/86.

DECRETO LEGISLATIVO N. 185/86

prover, VILMAR SAUNER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Parlamentar do Gabinete da Liderança do Partido Liberal.

(Protoc. n. 4208).

DECRETO LEGISLATIVO N. 186/86

prover, MARIA APARECIDA MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Chefe de Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

(Protoc. n. 4338)

DECRETO LEGISLATIVO N. 187/86

prover, NEWTON VILELA, para exercer o cargo em Comissão símbolo DAS.5, de Assessor Parlamentar, do Gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

(Protoc. n. 3939).

DECRETO LEGISLATIVO N. 188/86

aposentar, compulsoriamente, nos termos do Art. 138, item III, Art. 141, da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, PAULINA SCHERNER SIMÕES, matrícula n. 223, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e proporcionais do seu cargo efe-

tivo, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º e § 1º da Resolução n. 02/64; cinco (05) quinquênios incorporados, de acordo com o Art.170 e parágrafo único, da referida Lei n. 6174, função gratificada símbolo 4-F, nos termos do Art. 140, item III, da mesma Lei, cem por cento (100%) do respectivo vencimento, pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 6º da Lei Complementar n. 21, de 26 de outubro de 1984.

(Protoc. n. 4516)

Palácio XIX de Dezembro, em 10/06/86.

(aa) ANTÔNIO M. ANNIBELLI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

KIELSE CRISÓSTOMO - 2º Secretário